

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Valéria Faria Oliveira

**ASSOCIATIVISMO NA FORMAÇÃO DE
ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS:
polo moveleiro de Rio Verde (GO)**

Taubaté – SP

2015

Valéria Faria Oliveira

**ASSOCIATIVISMO NA FORMAÇÃO DE
ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS:
polo moveleiro de Rio Verde (GO)**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre no Curso de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira

Taubaté – SP

2015

VALÉRIA FARIA OLIVEIRA

**ASSOCIATIVISMO NA FORMAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS:
polo moveleiro de Rio Verde (GO)**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre no Curso de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Data: ____ / ____ / ____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. José Luís Gomes da Silva Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof^a. Dra. Friedhilde Maria K Manolescu Instituto Tecnológico de Aeronáutica

Assinatura _____

Prof. Dr. Benny Kramer Costa Universidade Nove Julho

Assinatura _____

Prof. Dr. Carlos Cezar de Mascarenhas ETEP Faculdades

Assinatura _____

Prof^a. Dra. Marilsa de Sa Rodrigues Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Ao meu esposo Ricardo, pelo apoio, incentivo, e paciência nos momentos de cansaço, e aos meus filhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e ajuda nos momentos mais difíceis.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira, pela contribuição, paciência, críticas, e tempo despendido à minha orientação, sem a qual o término deste trabalho seria difícil.

Aos coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional, que sempre me atenderam com prontidão.

Aos professores do mestrado, pelo auxílio e contribuições.

A todos que de longe ou perto acompanharam a minha trajetória e torceram por esta realização.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a atual condição do Arranjo Produtivo Local do setor moveleiro da cidade de Rio Verde (GO). A metodologia empregada nesta pesquisa é bibliográfica, documental e de campo, com abordagem qualitativa. O estudo foi realizado em duas etapas; primeiramente ocorreu uma investigação documental em que se analisaram documentos da Associação dos Fabricantes de Móveis (AFAMORV), identificando a origem do projeto que resultou em APL, e na segunda etapa, foi realizada a pesquisa de campo que teve como instrumento um roteiro de entrevista semiestruturado. Os dados coletados na pesquisa documental foram aprestados de forma a evidenciar a atual condição do Arranjo Produtivo Local, e as entrevistas foram analisadas por meio de categorização, por análise de conteúdo. Foram entrevistados o presidente e os 15 associados do polo moveleiro da Associação dos Fabricantes de Móveis de Rio Verde (AFAMORV). O estudo se justifica por verificar, por meio da literatura, as variáveis que norteiam a composição do APL e a união das empresas, que passam a perceber a forma do associativismo, e as vantagens competitivas. O estudo destaca, também, potencialidades da cidade de Rio Verde (GO) no setor moveleiro, e incentiva estudos futuros para promoção de políticas de crescimento e desenvolvimento da Região. Os resultados obtidos demonstram que a prática cotidiana dos empresários não segue o histórico do APL, visto que a falta de apoio por parte do Estado e do Município dificulta o desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local. Para que haja a integração entre teoria e prática é possível que com um tempo maior de gestão ocorra um diálogo com mais excelência entre gestão e empresários.

Palavras-chave: Gestão. Desenvolvimento. Planejamento. Arranjo Produtivo. Associativismo. Polo Moveleiro.

ABSTRACT

ASSOCIATIONS IN TRAINING LOCAL PRODUCTION: furniture polo Rio Verde (GO)

This study aims to analyze the current condition of the Local Productive Arrangement of the furniture sector in the city of Rio Verde (GO). The methodology used in this research is bibliographical, documentary and field, with a qualitative approach. The study was conducted in two stages; primarily a document search which analyzed documents of the Associação dos Fabricantes de Móveis de Rio Verde (AFAMORV), when it was revealed the origin of the project which resulted in APL, and then came the field research as a tool which had a semi structured interview script. The data collected in documentary research were presented in order to show the current condition of the Local Productive Arrangement, and the interviews were analyzed through categorization by content analysis. The president and the fifteen members of the furniture center of the Associação dos Fabricantes de Móveis de Rio Verde (AFAMORV) were interviewed. The study is justified by checking the variables that guide, through literature, the composition of the APL and the union of the companies, which will realize the form of associations, and competitive advantages. The study also highlights the potential of the city of Rio Verde (GO) in the furniture sector, and encourages future studies to promote growth and development of the Region. The results show that daily practice of business owners do not follow the history of APL, because the lack of support from the State and the City makes the development of the Local Productive Arrangement harder. For there to be integration between theory and practice it is possible that with a larger time-management dialogue with more excellence among management and business occurs.

Key-words: Management. Development. Planning Productive Arrangement. Associations. Polo Furniture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas da pesquisa.....	53
Figura 2 - Mapa de localização do Município de Rio Verde (GO)	61
Figura 3 - Categoria tipos de agente	74
Figura 4 - Categoria proximidade espacial do Arranjo Produtivo Local.....	78
Figura 5 - Categoria cooperação.....	80
Figura 6 - Categoria articulações entre organizações	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologias de APLs	35
Quadro 2 - Fases da entrevista realizada e respectivos procedimentos segundo Bardin.....	58
Quadro 3 - Relações das categorias e respectivas subcategorias.....	58
Quadro 4 – Resumo do planejamento estratégico para o Polo Moveleiro de Rio Verde.....	73

LISTAS DE SIGLAS

ABIMÓVEL	Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário
ABIOVE	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
AGDR	Agência Goiana de Desenvolvimento Regional
APL	Arranjo Produtivo Local
AFAMORV	Associação dos Fabricantes de Móveis de Rio Verde
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GO	Goiás
GTA	Grupo de Trabalho Permanente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF	Instituto Federal Goiano
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IEMI	Instituto de Estudos e Marketing Industrial
IMB	Instituto Mauro Borges
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação
ME	Microempresa
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio
MME	Ministério de Minas e Energia
MOVERGS	Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequena e Média Empresa
RG-APL	Rede Goiana de Apoio a Arranjos Produtivos Locais
SEAGRO	Secretaria de Agricultura
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECTEC	Secretarias de Estado de Ciência e Tecnologia
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENAI	Serviço Nacional da Indústria

SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SIC	Secretaria de Indústria e Comércio
UNIRV	Universidade de Rio Verde

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT	6
LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE QUADROS	8
LISTAS DE SIGLAS	9
1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema	14
1.2 Objetivos do Trabalho	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Delimitação do Trabalho.....	14
1.4 Relevância do Trabalho.....	15
1.5 Organização do Trabalho	15
2 REVISÃO DA LITERATURA	17
2.1 Teoria da Localização	17
2.2 Organização do Espaço na Era Contemporânea	19
2.3 Arranjos Produtivos Locais (APLs).....	21
2.3.1 Características dos Arranjos Produtivos Locais	25
2.4 Desenvolvimento Local	31
2.5 Possibilidades e Limites das Políticas Públicas de Subsídio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais.....	35
2.6 Estrutura de Implementação e Avaliação de Políticas para APLs.....	46
2.7 Características e Tendências do Setor Moveleiro	49
3 MÉTODO.....	52
3.1 Fluxograma e Análise de Conteúdo	53
3.2 Escolha do Tema	54
3.3 Caracterização e Estratégia da Pesquisa.....	54
3.4 Entrevista 1 – Presidente da AFAMORV.....	56
3.5 Investigação Documental	56
3.6 Entrevista 2 - Marceneiros.....	56

3.7 Análise de Conteúdo	57
3.8 Coleta de Dados.....	59
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	60
4.1 Contextualização e dados do Município de Rio Verde (GO)	60
4.1.1. Industrialização em Rio Verde (GO).....	63
4.2 Políticas e Instituições de apoio Estadual para os APLs de Goiás (GO).....	64
4.2.1 Rede Goiana de Apoio a Arranjos Produtivos Locais (RG-APL)	64
4.2.2 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Goiás (SEBRAE-GO).....	65
4.2.3 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Goiás (SENAI-GO).....	65
4.2.4 Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás (SIC)	66
4.2.5 Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN)	66
4.2.6 Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR).....	67
4.3 Composição do PIB do Estado de Goiás	67
4.4 Associação dos Fabricantes de Móveis de Rio Verde(AFAMORV) - Polo Moveleiro de Rio Verde (GO).....	69
4.5 Discussão dos Resultados da Pesquisa	72
4.5.1 Tipos de Agentes	74
4.5.2 Entrevista com o Presidente da Associação dos Fabricantes de Móveis de Rio Verde (AFAMORV).....	74
4.5.3 Entrevista com os Participantes do APL Moveleiro	76
4.5.4 Proximidade Espacial do Arranjo Produtivo Local.....	78
4.5.5 Cooperação.....	80
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXO 1 - PROTOCOLO APROVADO PELO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ.....	101
APÊNDICE A - ENTREVISTA APLICADA AOS ASSOCIADOS DA AFAMORV.....	103
APÊNDICE B - ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA AFAMORV	107

1 INTRODUÇÃO

O Estado de Goiás, conhecido pelo seu desenvolvimento agropecuário, passou por grandes transformações com o incentivo recebido pelo governo estadual na tentativa de intensificar e atrair as indústrias, marcando a década de 90 como o início da industrialização do Estado (LUNAS; ORTEGA, 2003).

A inserção da indústria alavancou a economia de Goiás e simultaneamente a aglomeração populacional, atraindo os habitantes do campo para a área urbana. Ainda para Lunas e Ortega (2003), as grandes agroindústrias se instalaram na cidade de Rio Verde com atividades voltadas para aves e suínos.

O estudo dos Arranjos Produtivos Locais é necessário por sua importância do APL em promover um ambiente de inovação e aprendizado, por proporcionar um avanço na competitividade das empresas e na geração de emprego e renda. Por sua amplitude, é considerado uma excelente estratégia no desenvolvimento regional, decorrente da promoção desses Arranjos na região do sudoeste de Goiás, em especial no município de Rio Verde (GO).

O tema é importante por apresentar o desenvolvimento endógeno, que considera as forças internas de cada região e a participação da sociedade e instituições vinculadas nessa promoção, gerando externalidades positivas e influenciando outras regiões.

Por esse motivo, este estudo tem por objetivo levantar e analisar o Arranjo Produtivo Local das empresas com atividade no setor moveleiro de Rio Verde (GO), uma vez que é de grande importância para o desenvolvimento econômico e promoção do crescimento e desenvolvimento da Região.

A pesquisa foi realizada na cidade de Rio Verde (GO), local de agrupamento das empresas de pequeno porte do setor moveleiro. Inicialmente apresentou-se a história local, desde o surgimento até os dias atuais, destacando a importância do ambiente externo na difusão do APL, haja vista que o reconhecimento das empresas criou vantagens com a criação de uma Associação. Foram feitos estudos teóricos e entrevistas com o presidente dessa Associação e com empresários associados.

1.1 Problema

Qual a atual condição do Arranjo Produtivo Local do polo moveleiro de Rio Verde (GO)?

1.2 Objetivosdo Trabalho

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo é investigar e analisar os dados coletados do APL do setor moveleiro do município de Rio Verde, destacando as variáveis fundamentais para o conhecimento desse Arranjo, como os tipos de agentes econômicos, proximidade espacial, atividades correlacionadas, articulação entre organizações, cooperação, e aprendizagem das empresas com atividade no setor moveleiro de Rio Verde (GO).

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever o processo de evolução do Arranjo Produtivo Local de Rio Verde (GO) a partir da análise de documentos; e
- Analisar as condições atuais do Arranjo Produtivo Local, relativas ao polo moveleiro de Rio Verde (GO).

1.3 Delimitação do Trabalho

O município de Rio Verde se destacou em 2008, como o 46º município mais dinâmico do País, conforme levantamento realizado pela Florenzano Marketing para o TecTex, polo tecnológico da indústria têxtil de confecção, o que significa que a cidade está entre os 300 maiores mercados do País, definidos pela renda das famílias dessas cidades.

Conhecida por sua rica agricultura em produção de soja e milho, Rio Verde vem se destacando pela formação de *clusters* e APL.

O presente estudo limita-se à apresentação e análise do Arranjo Produtivo Local (APL) das indústrias moveleiras do município de Rio Verde, situado no Estado de Goiás.

1.4 Relevância do Trabalho

O contexto atual se caracteriza por mudanças aceleradas nos mercados, nas tecnologias, e nas formas organizacionais. A capacidade de gerar e absorver inovações vêm sendo considerada, mais do que nunca, crucial para que um agente econômico se torne competitivo.

Para acompanhar as rápidas mudanças em curso é importante a aquisição de novas capacitações e conhecimentos, o que significa intensificar a capacidade de indivíduos, empresas, regiões e países.

Transformar esse aprendizado em fator de competitividade, reforçando a eficiência dos processos, nesse sistema, tem diminuído o tempo entre grandes descontinuidades tecnológicas, reduzindo o ciclo de vida de novos produtos e ampliando a diversidade de pequenas diferenciações de produtos.

Todos esses processos são diretamente relacionados à produção e difusão das tecnologias de informação e comunicação pela economia como um todo, e afetam o chamado processo de globalização.

O estudo dos Arranjos Produtivos Locais é necessário por sua importância no desenvolvimento endógeno, que é compreendido como desenvolvimento local, produzido principalmente por impulsos e recursos locais na promoção de um ambiente de inovação e aprendizado, por proporcionar aumento na competitividade das empresas e geração de emprego e renda.

1.5 Organização do Trabalho

O trabalho está organizado em cinco seções. A primeira apresenta o objetivo, a relevância da pesquisa, sua delimitação e organização.

A segunda seção traz a revisão de literatura, que aborda os conceitos seguintes: teoria da localização; organização do espaço na era contemporânea; políticas de inovação das pequenas e médias empresas de base

tecnológica; arranjos produtivos locais; características dos arranjos produtivos locais; desenvolvimento local; possibilidades e limites das políticas públicas de subsídio ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais; estrutura de implementação e avaliação de políticas para APLs, e características e tendências do setor moveleiro.

A terceira seção descreve o método, os procedimentos metodológicos utilizados para a concretização deste estudo. A quarta apresenta os resultados da pesquisa e discussão. Finalmente, na quinta seção estão as considerações finais, que retomam os objetivos propostos na pesquisa, além de propor estudos futuros referentes ao tema.

2 REVISÃO DA LITERATURA

No embasamento teórico deste estudo, para a estruturação conceitual que dá suporte à pesquisa, é indispensável abordar conceitos de localização e organização do espaço, de desenvolvimento e crescimento econômico, de polo de crescimento e sua importância para a Região, bem como de Arranjos Produtivos Locais, conceitos e características, o que configura um quadro teórico conexo para auxiliar a investigação.

2.1 Teoria da Localização

Os estudos das teorias desenvolvidas no campo da economia urbana e regional resgatam os estudos iniciados o século XIX por economistas e geógrafos alemães, como Johann Heinrich Von Thünen, Walter Christaller, Alfred Weber e August Lösch, que recomendaram padrões de organização de redes de cidades tomadas como lugares centrais, de localização de indústrias, e de atividades primárias e terciárias, além da amplitude das várias áreas de mercado.

As dimensões foram reduzidas, vislumbrando uma ordem disciplinar (CORRÊA, 1995). Essa ordem faz com que os ambientes das cidades tomem dimensões organizadas, sem que haja uma problematização dos espaços. A localização ordenada é importante para que se tenha uma produção mais eficiente, o que passa a ser uma grande conquista no que tange à teoria da localização.

A análise da localização urbana, na concepção de Christaller (1966), colaborou para a criação da hierarquia dos centros urbanos, que se divide em duas forças: a primeira é a do espraiamento territorial rural, e a segunda é a concentração permanente, unindo bens e serviços no mesmo território.

A criação da hierarquia de centros urbanos se distingue quando ocorre mais e variados serviços comercializados, como os lugares superiores. Nos lugares inferiores a frequência é menor, e no lugar central os serviços são complementares.

Essa centralidade é dada pelo lugar onde a concentração de serviços proporciona maior bem-estar aos que ali convivem. Surge então o princípio da

organização das redes urbanas, advinda da relação da quantidade de aglomerados e sua dimensão.

As redes urbanas formam conjuntos de centros urbanos que estão relacionados entre si. Nesse contexto, a regionalização é um fator a ser observado e destacado para que a localização seja um dos principais pontos para o espaço nas variáveis de concentração dos centros urbanos. É preciso repensar a teoria das localidades centrais de forma mais eficaz, não fugindo da origem de Christaller (1966), porém de forma mais eminente (CORRÊA, 1998).

A disputa entre espaço, lugar, e sustentabilidade, torna-se foco para discussões acerca das prioridades, e os atores sociais fazem parte como produto de trabalho. O lugar tem sua configuração para bens e serviços, e a sustentabilidade como espaço fragmentado (SOJA, 1993).

O autor destaca que a sociedade está inserida no território. Algumas pessoas são proprietárias e, assim, o lugar torna-se ponto de referência para que se tenha o conhecimento da localização, portanto, o espaço passa a ser ocupado em diferentes áreas.

O crescimento do setor econômico também enfoca a economia de escala e a determinação da região em relação à economia do mercado e dos setores em que se encontra inserida, porque a renda *per capita* é um dos fatores relevantes para a economia de mercado e o desenvolvimento regional (SANTOS, 2006).

A alta produtividade e a melhoria da garantia do emprego são fontes propulsoras e determinantes para o equilíbrio dos espaços e das regiões, para que sejam ocupados adequadamente. A região é ocupada em tempo hábil e consonante com as práticas de ordem econômica.

Segundo O'Sullivan (2000), a Teoria dos Lugares Centrais caracteriza-se por observar o número e o tamanho que as cidades ocupam em determinada região. Identificar a possibilidade do desenvolvimento e a garantia da distribuição do espaço de modo adequado fundamenta-se nos princípios da regularização do setor.

De acordo com essa Teoria, a localização de cada setor é conjugada com a região, com o espaço que ocupa, e em consonância com as variáveis que agregam o espaço demarcado pelo setor.

A área central, de acordo com Corrêa (1995, p. 38), passa a ser importante para a cidade e suas inferências, ou seja, "as atividades comerciais, de serviço,

gestão pública e privada, dos terminais de transportes inter-regionais e intraurbano e a paisagem que é inserida nas cidades”.

A cidade é o importante centro urbano, que ocupa as partes centralizadas e as aglutinações das atividades relacionadas com o intuito de caracterizar e evidenciar que os setores das cidades são fundamentais para a concentração dos ciclos de participação do homem em sua formação.

Corrêa (1998) avalia o espaço urbano como o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais; áreas de serviço e de gestão; áreas industriais e residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; área de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão.

Esse conjunto de usos da área é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade, em uma das dimensões mais aparentes, materializada nas formas espaciais.

2.2 Organização do Espaço na Era Contemporânea

A organização territorial advém das transformações tecnológicas e das indústrias, criando a necessidade de um espaço urbano. Essa nova conquista fragmentada do território tende a formar um tecido urbano esgarçado (LEFEBVRE, 1968).

Ainda para o autor, o processo geral da organização territorial configura-se urbano, como cidade simplesmente, e com isso segue um entendimento mais amplo com viés regional ou territorial. O urbano tende a alcançar uma dimensão territorial, englobando múltiplos setores dispersos com uma grande diversidade.

Santos (1993) defende que as transformações socioespaciais na distribuição de atividades produtivas e da população, definidas espacialmente como meio de desenvolvimento urbano, tem como autores responsáveis à ação: a) o Estado, na luta pela hegemonia; b) o setor imobiliário, classe em concorrência e em defesa dos próprios interesses; e c) a capitalização da agricultura na classe de produção.

A ação dessas três lógicas tende a gerar um novo padrão de liberação da força de trabalho, que foge ao esquema clássico de manter a classe reduzida, forte no capitalismo, fazendo com que a força de trabalho torne-se sazonal, alterando as aglomerações urbanas.

Com esse acirramento, o setor imobiliário gera a valorização do solo tanto em áreas urbanas como rurais, obtendo a inversão de papéis entre a população rural, que vai para áreas urbanas, e a população urbana, que vai para áreas rurais, garantindo a sobrevivência e a mobilidade espacial da força de trabalho.

Os modelos desenvolvidos pelos economistas e geógrafos, Von Thünen, Weber, Lösch e Christaller, tornam-se engessados em relação à mobilidade do trabalho, resultando na instabilidade das configurações espaciais e regionais quando se observa a falta de infraestrutura social e física, imóvel e estável, que é o mínimo para garantir a mobilidade ágil e com baixo custo.

Giddens (1989, p. 297) relaciona o espaço à urbanização ao afirmar que “o espaço não é uma dimensão vazia ao longo da qual agrupamentos sociais vão sendo estruturados, mas deve ser considerado em função do seu envolvimento na constituição de sistemas de interação”.

O aumento da dissolução entre o rural e o urbano acontece quando diminui a necessidade de diversas pessoas trabalharem num mesmo local. Inclina-se a urbanização, assumindo uma forma disseminada em segmentos dispersos e conquista-se, dessa maneira, a escala do território.

De acordo com Corrêa (1995), essa fragmentação responsabiliza os autores sociais no consumo do próprio espaço, que é reflexo da sociedade, além de ser um produto social: o resultado de ações acumuladas no decorrer do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço.

A partir dessa fragmentação, apontada pelo autor, as cidades são avaliadas, organizadas e disputadas de acordo com seu desenvolvimento, uma vez que passam a ser o maior e mais complexo objeto geográfico desenvolvido pelo homem.

As formas de interpretar a cidade e a problemática espacial urbana variaram muito no transcorrer do século XX e em meio a tendências ligadas à homogeneização e redução das diferenças geográficas.

Há uma contraposição à visão quase exaltada das teorias do dualismo econômico, do pós-desenvolvimento de Perroux e das teorias da localização neoclássicas, que custearam e alimentaram diversas práticas de planejamento no

sentido de superar as desigualdades inter-regionais, em especial as presunções de Perroux (SANTOS, 2006).

A ênfase da fragmentação territorial tem importância, porém deve ser inserida na perspectiva do avanço da globalização. O espaço social, a existência prévia de infraestrutura, de núcleos urbanos com força de trabalho disponível, de serviços e equipamentos, torna-se elemento a ser considerado no desenvolvimento inter-regional (SOJA, 1993).

O autor ainda defende que as histórias do capitalismo, da urbanização e da industrialização, da crise e da reestruturação, da acumulação e da luta de classes, tornam-se necessárias e, centralmente, uma geografia histórica localizada.

Tais condicionantes remetem diretamente à mobilidade espacial do capital e do trabalho e ao desenvolvimento desigual e combinado, histórica e geograficamente, útil na ampliação para a própria reprodução do capitalismo.

Para a fundamentação teórica deste estudo, e estruturação conceitual que dá sustentação ao seu desenvolvimento, é indispensável abordar conceitos de espaço e região, de crescimento e desenvolvimento, de polo de crescimento e sua importância para a Região, bem como de Arranjos Produtivos Locais, conceitos e características, o que forma um quadro teórico pertinente para subsidiá-lo.

2.3 Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDIC (2014), os Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Segundo o MDIC (2014), o APL pode ser percebido como um grupo de agentes organizados por um grau de institucionalização implícito ou explícito ao aglomerado, que buscam concordância, influência mútua, e cooperação. Esses elementos estão num ambiente competitivo, onde há agentes com distintos graus de poder e com projetos territoriais diversos e muitas vezes antagônicos.

As observações referentes à ocorrência simultânea de cooperação e competição em aglomerados de empresas foram feitas inicialmente por Alfred Marshall, no final do século XIX, em seu estudo dos Distritos Industriais.

Marshall (1982) averiguou que em várias localidades da Grã-Bretanha havia se consolidado um tipo de estrutura produtiva formada por empresas de pequeno e médio portes, que mesmo sendo concorrentes procuravam unir-se para atrair fornecedores, formar um mercado de trabalho especializado, respeitando e divulgando um mesmo padrão de qualidade e até cooperando em certos esforços de inovação e formação.

Haddad (1989) conceitua o APL como um agrupamento microespacial de empresas de qualquer porte, com grau diferenciado de coesão, e com características comuns nos níveis: a) horizontal: no mesmo setor ou em setores conexos, como madeira, móveis; b) vertical: em setores estruturados em uma cadeia produtiva; e c) misto: com estruturação setorial horizontal e vertical.

De acordo com Redesist (2013), os APLs são aglomerações territoriais de agentes econômicos, sociais e políticos, cujo foco é um conjunto específico de atividades econômicas com vínculos, mesmo que incipientes.

Para Vargas (2002), os arranjos produtivos locais são:

[...] aglomerados de agente econômicos, sociais e políticos, localizados em um mesmo território, operando em atividades correlacionadas e que apresentam vínculos expressivos de articulação, cooperação e aprendizagem. Inclui-se não apenas empresas - produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes e suas variadas formas de apresentação e associação - mas também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento (VARGAS, 2002, p. 10).

A partir das teorias referentes ao APL pode-se defini-lo como uma aglomeração de empresas com relações primárias, situadas em um determinado espaço. As empresas apresentam vínculos expressivos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem.

Com a criação dos APLs surgiu uma nova geografia econômica, modificando o quadro das áreas urbanas e os espaços regionais que vêm sofrendo com o processo contemporâneo conhecido como globalização. Esses elementos, conforme Ruiz (2006) fizeram surgir essa nova geografia (NGE).

Em relação aos arranjos produtivos locais, ou aglomerações setoriais de empresas, destaca-se a importância das obras de Alfred Marshall acerca desse

tema, uma vez que o autor é considerado o introdutor do conceito de aglomeração na teoria econômica.

Marshall (1982, p. 231) afirma que uma indústria dirigida, em certas localidades, é chamada de indústria localizada. Há várias causas que induzem a essa concentração, e as principais estão ligadas às condições físicas, tais como: “a natureza do clima e do solo, a existência de minas e pedreiras nas proximidades, ou um fácil acesso por terra ou mar”.

Conforme o autor, a concentração de empresas e as condições físicas de um mesmo setor podem ser estimuladas pelo patrocínio de uma delas, isto é, o rico contingente que se reúne em determinado espaço dá lugar à procura por mercadorias de excelente qualidade, o que irá atrair trabalhadores qualificados, vindos de outras regiões, e educar os trabalhadores locais.

O espaço urbano não é estável, e estendido gera novas formas urbanas. Tal como o sistema econômico e social, ele se modifica e sua composição material e a organização mudam de feição.

O sistema produtivo resulta da articulação dos elementos de produção, consumo, aglomerações urbanas e outras configurações mais complexas. Todos esses elementos estão relacionados entre si e modelam o espaço pelas relações que mantêm e que se articulam no espaço geográfico.

Smith (1988) defende que cada sociedade, cada modo de produção, lança um espaço dominante que lhe é próprio e que se aplica a todos os outros. O espaço social (urbano) é produto e produtor de relações de produção e de reprodução de uma dada sociedade.

Entende-se que o espaço é fortemente definido pela divisão espacial do trabalho, como produto direto da morfologia social hierarquizada do espaço no capitalismo.

Harvey (2005) afirma que as alianças regionais vinculadas ao território e organizadas pelo Estado promovem condições favoráveis à acumulação adicional da região, e embora havendo divisão de classes das forças criadoras do Estado têm-se limites sujeitos a alterações.

A participação efetiva do Estado promove novos espaços produtivos no desenvolvimento endógeno e na infraestrutura econômica, além da construção de bases territoriais em prol do desenvolvimento da região, criando um nexos eficaz com as atividades produtivas e territoriais.

Krugman (1995) aponta que as aglomerações produtivas resultam da ação acumulativa gerada pela presença de economias externas locais, que são incidentais, e a estrutura espacial da economia é determinada por processos que operam forças centrífugas e centrípetas, com pouco espaço para políticas públicas.

De acordo com a teoria de Porter (1989), em seu estudo sobre estratégia e competitividade, as aglomerações de empresas constituem um meio de desenvolver a competitividade. O autor enfatiza os vínculos, fluxos competitivos e a importância de economias externas, geograficamente específicas, como fonte de vantagens competitiva.

As análises de aglomerações produtivas de empresas comprovam que é de grande importância os estudos da economia industrial e do desenvolvimento regional.

É possível perceber, porém, que apesar de tratarem especificamente do mesmo tema, não existe um conceito consensual entre as várias teorias existentes, uma vez que cada autor abarca a temática de aglomeração produtiva de um determinado ponto de vista, enfatizando e focalizando determinados aspectos.

Para Damasceno e Ferreira (2006), o que pode ocorrer é a difusão de teorias referentes à aglomeração de empresas, por apresentarem preocupações e conclusões similares.

O período atual é de intensa transformação e o direcionamento mundial no processo de globalização faz com que as empresas se estruturam de forma a ampliar e tornar mais complexas suas operações, para que possam produzir de maneira mais competitiva e vender seus bens e serviços num mercado mais aberto e ampliado (PRESSER, 1995).

Com isso, formam-se grupos de agentes organizados, explícitos ou implícitos ao arranjo produtivo local, que objetivam a harmonia e a cooperação dentro de um ambiente competitivo e entre várias classes de poder.

Segundo Krugman (1995), as economias externas geram ganhos crescentes de escala ao se localizarem em uma dada região. As empresas, ao se aglomerarem em uma determinada localidade, geram benefícios que são de grande importância para que consigam competir no mercado.

Há economias externas que são decorrentes da incapacidade de as firmas se apropriarem do conhecimento completamente, e as informações obtidas por uma empresa, seja pela pesquisa e desenvolvimento, seja por experiência, podem ser

adquiridas ‘boca a boca’ ou por instrumentos da engenharia reversa, que é uma verdadeira externalidade (HELPMAN; KRUGMAN, 1990).

Consideradas as economias externas, a apreciação de Krugman (1995) em relação às aglomerações industriais está integrada à preocupação dos determinantes da participação dos países no comércio internacional.

De acordo com Schmitz (1997), para o crescimento da pequena indústria é imprescindível distinguir entre produtores dispersos geograficamente e setorialmente e *clusters* de pequenas empresas.

Para ele os *clusters* envolvem tanto a concentração geográfica como a setorial, o que promove o trabalho entre as empresas, necessário à especialização e à inovação, que são essenciais para competir fora dos mercados locais.

Garcia (2001) explica que o enfoque acerca de aglomeração produtiva de empresas também recebeu aportes de Michael Porter, um autor que contribuiu com a discussão da vantagem competitiva dos produtores em sistemas locais de produção, que se dá pela adaptação de seu esquema analítico conhecido como diamante competitivo, exposto inicialmente para a investigação das vantagens competitivas das nações às estruturas produtivas localizadas.

As empresas, ao se aglomerarem, alcançam ganhos, como, por exemplo, maior fluxo de informação, maior facilidade no acesso aos fatores de produção, uma demanda local, e suporte das indústrias correlatas como forma de conseguir prerrogativas competitivas frente às demais firmas.

Os países, por sua vez, tentam buscar de forma constante e equilibrada a estabilização financeira em suas contas. A exportação passou a ser um diferencial competitivo e a inovação a principal arma para a competitividade das empresas e países.

A globalização coloca desafios aos governantes nas áreas de qualificação dos recursos humanos e na tecnologia, que são fatores-chave para o desenvolvimento.

2.3.1 Características dos Arranjos Produtivos Locais

A formação de arranjos e sistemas produtivos locais encontra-se geralmente integrada a trajetórias históricas de constituição de identidades e de formação de

vínculos territoriais, regionais e locais, a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. Os APLs são mais promissores a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores.

A ação de políticas, tanto públicas como privadas, pode contribuir para fomentar e estimular tais processos históricos de longo prazo (CASTRO, 2009).

O autor enfatiza que entre as principais características de um APL estão a transmissão do conhecimento e o associativismo entre os atores envolvidos. A capacidade de cooperar e, conseqüentemente, as relações de fúcia entre os atores locais para a mobilização necessária tornam-se condições primordiais para a constituição e sucesso do APL, obedecendo ao ambiente socioeconômico e sua complexidade.

Um APL não necessariamente constitui um complexo industrial, uma vez que o arranjo geralmente é especializado numa determinada atividade principal; também não pode ser caracterizado como um polo de desenvolvimento, uma vez que o polo abrange uma série de atividades econômicas e não é dependente de apenas um ou outro segmento ou cadeia, embora, é verdade, haja possibilidade de um APL iniciar um processo de criação e fortalecimento de uma região como polo de desenvolvimento.

No Brasil, o surgimento dos primeiros APLs está relacionado ao impacto da abertura comercial nos anos 1990, mais especificamente ao findar a proteção aos amplos segmentos empresariais brasileiros, que passaram a ter que concorrer com os produtos importados e a encontrar novas alternativas na busca de maior competitividade (FARAH JÚNIOR, 2002).

Nesse contexto, afirma Farah Júnior (2002):

Ao não se estruturar para crescer em novas bases de competitividade, com padrões internacionais, o resultado foi um enorme contingente de desempregados e perda de importantes fatias de mercado interno para os produtos importados, bem como retração em sua participação em mercados externos importantes, como o de calçados. Em face desse quadro econômico e institucional, desfavorável a uma reorganização empresarial que possibilitasse alcançar melhores padrões de competitividade, abriram-se espaços para novas opções de crescimento econômico. Dentre as opções, destaca-se um conjunto de iniciativas e projetos de caráter local e regional, em que as sociedades locais buscam inserir-se de forma competitiva no tecido econômico organizado. (FARAH JÚNIOR, 2002, p.57).

A influência mútua e a colaboração entre as empresas e os demais agentes envolvidos são vitais. Do mesmo modo, a capacitação para definir metas, ações e

investimentos a serem promovidos para o desenvolvimento esperado representa um aspecto fundamental.

Dessa forma, por envolver a conscientização e a cooperação dos participantes, a articulação de vários agentes, a assimilação de melhorias necessárias, a elaboração de um plano de desenvolvimento do arranjo, e o estabelecimento de um mecanismo de repasse de recursos, o desenvolvimento dos APLs é um desafio.

Santos (2005) assegura que os resultados aceitáveis obtidos pela aglomeração de empresas derivam de economias externas. O conceito de aglomeração de empresas ajuda a entender as prerrogativas de eficiência que as empresas atingem quando agrupadas.

As vantagens dessa concentração geográfica estão integradas tanto ao aumento do volume de produção quanto aos ganhos da organização e desenvolvimento decorrentes da maior integração entre os agentes.

Ainda de acordo com autor, as economias que não decorrem de aglomeração industrial podem ter altos custos de mão de obra, em razão de uma ou poucas ocupações em uma região; e vulnerabilidade decorrente de uma economia baseada em apenas um produto.

A abordagem da economia das empresas trata de identificar o que motiva a produtividade das firmas. Segundo Santos (2005):

[...] as fontes da produtividade residem nos ambientes nacionais e regionais, nos quais são encontrados os determinantes de um maior desempenho das firmas. A importância da concentração das habilidades locais para as inovações comerciais e tecnológicas, os fluxos de informação, a infraestrutura e a formação de competências que viabilizam o salto de competitividade das firmas (SANTOS, 2005, p. 26).

A aglomeração de empresas pode estar inserida em uma cadeia produtiva, assim conceituada por Cassiolato e Lastres (2005):

É o encadeamento de atividades econômicas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos, incluindo desde as matérias-primas, máquinas e equipamentos, produtos intermediários até os finais, sua distribuição e comercialização. Resulta de e implica em crescente divisão e de trabalho, na qual cada agente ou conjunto de atores especializa-se em etapas distintas do processo produtivo. Uma cadeia produtiva pode ser de âmbito local, regional, nacional ou mundial (CASSIOLATO; LASTRES, 2005, p. 6).

Pode-se entender, de acordo com os autores, que o *cluster* tem como objetivo o aspecto dinâmico diante da aglomeração territorial de empresas, embora suas características sejam parecidas com um APL, que tem aspecto de cooperação. Um

APL pode compreender uma cadeia produtiva estruturada localmente ou fazer parte de uma cadeia produtiva de maior abrangência espacial.

Já Santos (2005), acerca da mesma abordagem, caracteriza um aglomerado de empresa ou *cluster* como:

Concentrações geográficas de empresas inter-relacionadas, fornecedores especializados, provedores de serviços, empresas de uma indústria específica e instituições e instituições associadas (universidades, agências de padronização e normas, centros de treinamento, associações de comércio, que providenciam treinamento especializado, educação, informação, pesquisa, e suporte técnico) em campos particulares que competem, mas também cooperam (SANTOS, 2005, p. 27).

Essa adjacência espacial de setores relacionados e de apoio que se deparam, a montante ou a jusante, facilita o intercâmbio de informação e estimula um contínuo intercâmbio de ideias e inovação.

A diferença existente entre um *cluster* e um APL está no intento: o APL tem por finalidade a produção, já um *cluster* pode ter sua atividade voltada para outro tipo de negócio, como comércio ou prestação de serviços, podendo gerar a competitividade entre as empresas.

Outro formato de aglomerado de empresas identificado é o distrito industrial, que, segundo Santos (2005), caracteriza-se por um grande número de empresas envolvidas em vários estágios da produção de um produto homogêneo, com forte participação de micro empresas ou empresas de porte pequeno.

No Brasil, a noção de distrito industrial está associada a determinadas localidades ou regiões definidas para a instalação de empresas, geralmente com a concessão de incentivos do Estado.

No que tange aos polos, parques científicos e tecnológicos, Cassiolato e Lastres (2005) definem como áreas que estão ligadas a centros de ensino, pesquisa e desenvolvimento (P&D), e que têm infraestrutura indispensável para a implementação de empresas produtivas baseadas em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Os polos tecnológicos estão em grandes áreas com infraestrutura necessária para unidades produtivas que tenham atividades de baixa ou grande escala, tendo como base pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Diante das diversas abordagens, a definição e característica de APL surgem com uma estrutura bem abrangente, tornando-se um instrumento importante para

identificação e intervenção em atividades produtivas, especialmente de pequeno porte.

Como cada APL possui suas próprias características, Castro (2009) os classifica, em relação ao grau ou estágio de desenvolvimento, em três níveis: a) arranjos incipientes; b) arranjos em desenvolvimento; e c) arranjos desenvolvidos.

Para o autor, os arranjos incipientes são aqueles que têm carência de governo, falta de visão para com o empresariado e falta de incentivo à pesquisa e tecnologia, impedindo novos processos produtivos pela deficiência em recursos financeiros advindos de linhas de crédito oferecidas pelos bancos tradicionais.

Os arranjos em desenvolvimento têm expressiva importância para o desenvolvimento local, visto que atraem novas empresas e estimulam os empreendedores a investirem em competitividade.

As lideranças são mais capacitadas e validadas e buscam defender os interesses regionais em vez de particulares, além de preocupar-se com o impacto direto sobre a qualidade dos produtos. Esse tipo de arranjo tem mais disponibilidade de crédito ofertada pelos bancos.

Os arranjos desenvolvidos, os sistemas produtivos e inovativos locais, são arranjos produtivos em que a interdependência, a articulação e os vínculos consistentes derivam em influência mútua, cooperação e aprendizagem; isso permite a inovação de produtos, processo e formatos organizacionais com maior competitividade, além de ter uma estrutura produtiva complexa e ampla.

Os APLs, quando bem implantados por meio de programas de desenvolvimento econômico mobilizados por governos em suas esferas administrativas, empresas, instituições e cidadãos, são filtros do desenvolvimento, gerando a estabilidade macroeconômica, proporcionando estreitamento com os programas participativos e os governos locais.

Para os autores Cassiolato e Lastres (2003), a inclusão na capacitação e formação de mão de obra humana advém do incentivo de instituições públicas e privadas voltadas à formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; política, promoção, financiamento e pesquisa e desenvolvimento.

De acordo com Enright (1996), tais aglomerações configuram-se como importantes mediadores para geração de renda, de associativismo e de

desenvolvimento territorial. Essa formação de APLs constitui-se em estratégia com alvo no sentido da busca pelo desenvolvimento territorial duradouro e equilibrado.

O que difere um APL, embrionário ou consolidado, de uma simples aglomeração de empresas é a capacidade de organização coletiva, do associativismo e da difusão de conhecimentos.

Distinguem-se, a seguir, as variáveis relacionadas aos diversos tipos de APLs, de acordo com a inserção geográfica e o nível de desenvolvimento. (ENRIGHT, 1996, p. 14 *apud* CUNHA, 2002).

- **Clusters ou aglomerados industriais:** formados pelo conjunto de indústrias interligadas pela relação comprador e fornecedor.
- **Clusters ou aglomerados regionais:** geralmente atuam em um mesmo ramo de negócios, com afinidade geográfica de firmas que se posicionam próximas umas das outras.
- **Distritos industriais:** enfatizam a geração de externalidades. São formados por firmas envolvidas em processos de produção dependentes entre si e pertencentes ao mesmo segmento industrial, abarcadas com a comunidade local e distante da residência dos seus trabalhadores.
- **Redes de negócios:** aglomerados de várias empresas que mantêm comunicação e interação com certo nível de dependência entre si, não atuando necessariamente numa mesma indústria, nem estão geograficamente reunidas num mesmo espaço.

Castro (2009) classifica os APLs em incipientes, em desenvolvimento, e desenvolvidos:

- **arranjos incipientes:** em se tratando de aglomerações incipientes de empresas, a principal dificuldade é falta de interesse do setor público e privado, acarretando dificuldade de acesso a financiamento e crédito. Essa falta de afinidade entre os setores público-privado e empresas inviabiliza a criação de setores de pesquisa e desenvolvimento e programas voltados ao setor produtivo;
- **arranjos em desenvolvimento:** o reconhecimento aparece na promoção de novos empreendimentos, o que motiva empresários ao crescimento, tornando-os competitivos. São organizados em classes, com o foco sempre no regional e não no individual. Seu processo atrai novas

empresas, incentivando os empreendedores locais a também participarem da geração de renda do novo movimento empresarial. Possibilidade de novas atividades econômicas relacionadas com o Arranjo Produtivo começa a aparecer e há uma procura por maior competitividade ao longo da cadeia produtiva e também por serviços; e

- **arranjos desenvolvidos:** existe uma composição ampla e complexa, ligada pela cooperação e pela aprendizagem, e ocorrem inovação e competitividade. Esses arranjos são bem articulados, de importância para o desenvolvimento local pela competência de atrair novas empresas, fornecedores, prestadores de serviços, e banco, entre outros.

Cada APL tem suas características peculiares, sua história de origem, o ambiente socioeconômico e a complexidade, distinguindo-se também pelo seu nível de desenvolvimento.

Dessa forma, pode-se concluir que o conceito de APL – ao ter como paradigma principal a afinidade geográfica, o cooperativismo e uma política que vise de alguma forma, adaptar essa experiência a outras localidades – tem, tradicionalmente, como catalisador mais exaltado, a importância da cooperação, e como característica primordial a presença de pequenas ou médias empresas concentradas espacialmente em alguns dos elos de uma cadeia produtiva.

2.4 Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local não é apenas um tema questionável em termos conceituais, mas também metodológico, e tentativas de avaliar ou medir o desenvolvimento econômico produzido pelas operações locais torna-se um trabalho, no mínimo, difícil.

A economia local está formando uma polarização do saber. As empresas de pequeno porte estão se especializando e buscando cooperação mútua para obter competitividade.

As redes empresariais aprendem com o ambiente externo e adaptam-se ao meio. Essa nova dinâmica socioeconômica permite identificar os fatores decisivos para o desenvolvimento de análises sobre sistemas produtivos locais e sua atmosfera industrial (ALBAGLI; BRITO, 2003).

Do ponto de vista regional, o desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que provoca uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção da demasia econômica gerada na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região.

Para alguns autores, as experiências de desenvolvimento local são apenas a demonstração espacial de um novo arranjo industrial pós-fordista (BENKO; LIPIETZ, 1994). O desenvolvimento local, além das dinâmicas próprias, percebe a sociedade civil como ator principal desse processo de construção coletiva, por entender que não é algo exclusivo do Estado.

Por outro lado, há opiniões que apontam as experiências de desenvolvimento local com dinâmicas próprias e não apenas como reflexo da reorganização internacional do capital (BECATTINI, 1994).

Esse processo cria um potencial para que o efeito econômico dessas experiências chegue à esfera política e produza um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão.

A noção de desenvolvimento local também apresenta vários significados, comportando as diferentes dimensões em que se exerce a cidadania e que tem condições de criar um espaço de interação dos cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do que é público. Essa concepção não admite modelos paradigmáticos de desenvolvimento local.

Ao falar do desenvolvimento local é importante não comparar o Brasil com outros países como França e Inglaterra, que têm especificidades diferentes. O Brasil é um país dependente e periférico.

O desenvolvimento local, em muitas vertentes, é o nome do público não estatal. Em nome de novos empregos e do aumento de renda privatiza-se o público e retira-se do lugar a memória, a cultura do local, via acumulação primitiva (OLIVEIRA, 2001).

O local não se detém apenas a sua dimensão, mas abarca o conjunto de relações que existem em um determinado ambiente territorial, seja ele uma

microrregião ou cidade, considerando as heterogeneidades e especificidades desse território.

Santos (1997) considera também os atores sociais e institucionais da localidade, com sua diversidade e potencialidades econômica, social, ambiental e institucional, e as diferentes alternativas de atuação para a transformação e desenvolvimento do local.

A acepção do significado de desenvolvimento está sujeito aos valores historicamente construídos de cada sociedade, embora permaneça em seu cerne a conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maioria da população.

Sob esse prisma, o conceito de desenvolvimento pode até ser oposto à ideia de avanço econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultantes do aumento de produtividade (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Nesse cenário, os espaços nacionais e regionais passam a estar cada vez mais dependentes do interesse do capital financeiro global que circunda em escala global e aporta em cada região conforme a possibilidade de maximização de lucro. A solução para os economistas, em sua maioria, está em quantificar a renda de forma concisa a partir de indicadores.

Em um mundo com fortes relações econômicas globais é complexo quantificar o desenvolvimento, sobretudo no aspecto regional. É imprescindível incluir outras variáveis não econômicas para que se possa decidir e quantificar desenvolvimento, que pode ser reclassificado em quatro categorias: realizações, cultura de valores, dimensão relacional, e motivações intrínsecas (CARDOSO; RIBEIRO, 2002).

Constata-se que dentro da cosmologia contemporânea do desenvolvimento os APLs têm surgido, para a maioria, como a verdadeira panaceia para o desenvolvimento, reforçando a dicotomia global local na medida em que são vistos como resultados de dinâmicas endógenas de comunidades.

Dada a sua capacidade de governança, essas aglomerações produtivas podem ser consideradas um efetivo instrumento de desenvolvimento regional, não obstante os inúmeros problemas apresentados pelas aglomerações industriais brasileiras que, em geral, são apenas simples aglomerações de empresas.

Fica evidente que um APL consolidado se estabelece como um importante instrumento de política econômica, visando o desenvolvimento regional. Esse processo segundo Cardoso e Ribeiro (2002) se dá por:

- desenvolvimento das vocações microrregionais;
- agregação de valor aos produtos e verticalização da produção;
- diversificação da base produtiva e da pauta de exportação;
- avanço no indicador de inclusão social com a melhoria da qualidade do emprego;
- melhoria salarial;
- melhoria da qualificação técnica da mão de obra e consequente diminuição da desigualdade social;
- aumento do mercado interno regional; gestação de um processo sustentado de crescimento, por meio da endogeneização de algumas das variáveis-chaves;
- integração do espaço econômico regional;
- apoio às mudanças na estrutura socioeconômica regional;
- desenvolvimento do capital social;e
- capacidade de governança dos agentes locais e de fomento à construção de um pacto territorial com vista ao desenvolvimento.

Os efeitos sobre o espaço econômico nacional da autonomia na gestação do desenvolvimento endógeno de tais aglomerações, ao lado da ausência de uma política nacional e regional de desenvolvimento e de ordenamento territorial, permitem alinhar a importância de políticas públicas em nível federal e estadual, que orientem a dinâmica do desenvolvimento regional.

Para tanto, os Arranjos Produtivos Locais passam a fortalecer tais economias de aglomeração e inovação, consideradas forças importantes que geram a competitividade crescente e a melhoria da qualidade de vida para pessoas que vivem em tais regiões (STORPER, 1997).

Ainda para os autores, os arranjos produtivos locais demonstram que o aglomerado gera emprego e aumento no desenvolvimento econômico, e contribuem para o fortalecimento das importações e exportações.

Crocco *et al* (2003) conceituam os APLs pela sua posição geográfica, unificação setorial, características das pequenas e médias empresas (PMPEs), colaboração interfirmas, intercâmbio e informações proporcionadas na organização, e pela confiança das empresas, proporcionando o conhecimento coletivo.

O arranjo produtivo local tem gerado a inovação pela confiança e a cooperação entre os atores, característica presente nos países centrais, que consideram o nível de competição alta e a possibilidade de exportação, conforme apresentado no Quadro 1.

Caracterização	APL Informal	APL Organizado	APL Inovativo
Existência de liderança	Baixa	Baixa e Média	Alta
Tamanho das Firmas	Micro e Pequenas	MPME	MPME e Grandes
Capacidade Inovativa	Pequena	Alguma	Contínua
Confiança Interna	Pequena	Alta	Alta
Nível de Tecnologia	Pequeno	Médio	Médio
<i>Linkages</i>	Algum	Algum	Difundido
Cooperação	Pequena	Alguma e Alta	Alta
Competição	Alta	Alta	Média e Alta
Novos produtos	Poucos; nenhum	Alguns	Continuamente
Exportação	Pouca; Nenhuma	Média e Alta	Alta

Quadro 1 -Tipologias de APLs
Fonte: Mytelka e Farinelli (2000)

Os esforços concentrados nos APLs com características de organizados estabelecem sistemas tecnológicos e gerenciamento qualificado, enquanto que as empresas de pequeno porte e médio porte têm dificuldade de desenvolvimento inovativo.

Para Santos (2006), os arranjos produtivos locais exigem fatores preponderantes que assegurem o seu sucesso. Entre eles destacam-se: local permanente das empresas; controle do capital próprio; apoio dos governantes ao APL; constante renovação de estratégia para alavancagem do APL; e capacitação da mão de obra especializada por meio de parcerias.

Pode-se entender que o APL o local permeia a conformação socioeconômica e geográfica, incidindo no aumento da capacidade produtiva e competitiva, dada a coletividade das empresas.

2.5 Possibilidades e Limites das Políticas Públicas de Subsídio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais

No Brasil, o empenho para a criação de políticas públicas voltadas para pequenas e médias empresas (PMEs) iniciou-se na década de 1950, entretanto foi

apenas na década de 1990 que se intensificaram (NARETTO; BOTELHO; MENDONÇA, 2004).

Os estudos de APLs passaram a ganhar importância a partir do final dessa mesma década, dada a crescente necessidade de estabelecer novas políticas industriais que levassem em consideração questões específicas brasileiras.

É preciso salientar que tais estudos têm contribuído para a prática de políticas de desenvolvimento industrial, tecnológico e regional, servindo para orientar o desenvolvimento produtivo e inovativo no Brasil.

Entre as décadas de 1950 e 1980, o País passou por um procedimento de industrialização que recaia principalmente na substituição de importações de maneira a estimular a formação de um parque industrial diversificado e integrado setorialmente.

O que se percebe, então, é que as políticas fomentadas favoreciam principalmente as grandes empresas. Apesar de tal constatação, desde o final da década de 1950 houve uma inquietação, mesmo que ínfima e desarticulada, com o papel das PMEs no processo de desenvolvimento industrial (NARETTO; BOTELHO; MENDONÇA, 2004).

Em 1960 foi estabelecido, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), hoje Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa (GEAMPE).

Já em 1964, a partir de discussões feitas pelo GEAMPE, criou-se o Grupo Executivo do Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME) com recursos para o financiamento de capital fixo, que sugeria que o suporte financeiro às pequenas e médias empresas fosse ampliado.

Na década de 1970, por interposição da Portaria n°. 130, do Banco Central (BACEN), foi instituída a possibilidade de os bancos comerciais privados abrirem linhas de crédito para pequenas empresas (BOTELHO; MENDONÇA, 2002).

Por sua vez, em 1972 a FINEP, o BNDES e a Associação dos Bancos de Desenvolvimento (ABDE) constituíram o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), com a finalidade de atuar no apoio às pequenas e médias empresas (BOTELHO; MENDONÇA, 2002).

Até o final da década de 1970 não foram implantadas políticas que articulassem as ações voltadas para as pequenas empresas, e nem tampouco que priorizassem o seu desenvolvimento tecnológico.

No início dos anos de 1980 houve um adensamento da crise econômica mundial e, com isso, as ações que vinham sendo desenvolvidas para atender as pequenas e médias empresas sofreram um processo de descontinuidade, como defendem Botelho e Mendonça (2002).

Também os planos de desenvolvimento industrial que vinham sendo desenvolvidos foram substituídos pelos planos de estabilização, a fim de se combater a inflação e estabilizar a economia. Nesse período poucas medidas foram tomadas em relação à política industrial (DIEESE, 2005).

De acordo com Naretto, Botelho e Mendonça (2004), o governo de redemocratização tentou revitalizar a política industrial e tecnológica. A política tecnológica recebeu impulso com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

O que pôde ser apurado, no entanto, é que apesar de os planos de desenvolvimento e diretrizes de política industrial vislumbrarem a necessidade de fortalecimento e a modernização das pequenas e médias empresas, as ações voltadas a elas exibiram resultados inferiores aos esperados.

A Constituição de 1988 defende, em seu artigo 179, que as empresas de pequeno porte recebam tratamento diferenciado nos planos jurídico-administrativo, tributário e creditício, mas os efetivos avanços em analogia às pequenas e médias empresas só ocorreram a partir dos anos de 1990, quando as medidas impostas passaram a ter efetividade.

Na década de 1990 alterações aconteceram no campo da política industrial e tecnológica, já que se considerava que o modelo de substituição de importação vigente no período anterior havia se esgotado.

Houve, então, a demarcação da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), que objetivava menor influência estatal com políticas menos ativas e não setoriais e maior regulação da atividade econômica, reestruturando a indústria com ênfase em mecanismos de mercado.

Esse método de reestruturação industrial comprometeu de forma diferente os setores industriais brasileiros. Alguns dos setores mais atingidos pela política implementada no período foram o de autopeças, calçados e têxtil vestuário, que

abrangem maior número de empresas de pequeno e médio porte (BOTELHO; MENDONÇA, 2002).

Outra modificação importante que ocorreu na década de 90, no que tange à temática da política industrial, foi a transformação do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), no Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), pela Lei nº. 8.029, de 12 de abril de 1990, que foi alterada pela Lei nº. 8.154, de 28 de dezembro de 1990, e regulamentada pelo Decreto nº. 99.570, de 9 de outubro de 1991.

Assim, o SEBRAE passou a ser uma entidade civil sem fins lucrativos, com governo minoritário no Conselho Deliberativo. Um dos programas desenvolvidos pelo SEBRAE foi o de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas (PATME) e às incubadoras e empresas de base tecnológica (NARETTO; BOTELHO; MENDONÇA, 2004).

É necessário destacar também que a segunda metade da década de 90 foi marcada pela descentralização das ações executadas pelo governo federal, o que acarretou o aumento das guerras fiscais entre as unidades da federação para concorrer na atração de investimentos de grande porte.

Já as políticas direcionadas às atividades produtivas, em nível dos estados, se direcionavam-se modernização da infraestrutura local para atrair novos investimentos, incluindo apoio a pequenas e médias empresas (CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2009).

Outro ponto que merece evidência é que na década de 90 houve a definição de novos critérios de enquadramento tributário das pequenas empresas, por meio de um sistema simplificado de pagamento de impostos com alíquotas progressivas, de acordo com o faturamento dessas empresas.

Esse sistema simplificado de pagamento de impostos ficou conhecido como SIMPLES, estabelecido na Lei nº. 9.317, de 05 de dezembro de 1996. Costa e Cunha (2002) acrescentam que deve haver integração entre o estado e o governo federal para que essa união traga benefícios à comunidade local.

Dado o grande número de aglomerações produtivas no Brasil, supõe-se que em grande parte dos aglomerados brasileiros os sujeitos endógenos das referidas aglomerações não têm a capacidade de conduzi-las em direção à construção de um APL consolidado.

Isso porque a cultura econômica prevalecente é normalmente a de uma competição desleal e danosa ao próprio desenvolvimento local, ao desenvolvimento do capital social, à capacidade de governança e à construção de pactos territoriais, na medida em que grande parte da concorrência se dá via mecanismos falsos.

Na maioria dos aglomerados brasileiros não há atores capazes de conduzir os agentes rumo à construção de uma institucionalidade adequada e, também, a atitudes cooperativas e associativas.

Mytelka e Farinelli (2000) consideram que a maioria das pequenas aglomerações, na maioria das vezes, é formada por micro e pequenas empresas e apresentam baixo nível de tecnologia, com a presença de mão de obra pouco qualificada e com baixa capacidade de aprendizagem, o que caracteriza os *clusters* informais.

O governo brasileiro tem acordado para a grande problemática do desemprego e para o crescente número de habitantes nas cidades. Como alternativa, tem percebido que os APLs podem ser uma estratégia para valorização do local, empregando pessoas da comunidade, evitando assim a emigração para as metrópoles.

Uma das formas de o governo alavancar os APLs é a criação de políticas que apoiem e ajudem no desenvolvimento dessas aglomerações de empresas. As políticas de incentivos aos APLs no País têm se tornado consistente, e já é possível visualizar resultados satisfatórios.

O interesse em criar APLs vem crescendo pela importância que essa estratégia vem ocupando para o desenvolvimento de localidades e regiões. Esse tipo de aglomeração de empresas tem resultado no aumento da renda e nível de emprego, nas exportações e importações, assim como na difusão de conhecimentos regionais para a inserção da comunidade local no âmbito social.

De acordo com Crocco *et al* (2003), os APLs são:

[...]caracterizados pela proximidade geográfica, especialização setorial, predominância de pequenas e médias empresas (PMEs), cooperação interfirmas, competição interfirmas determinada pela inovação, troca de informações baseada na confiança socialmente construída, organizações de apoio ativas na oferta de serviços e parceria estreita com o setor público local. Seu dinamismo inovativo decorre do fato de ser um tipo de arranjo institucional específico e localizado, capaz de estabelecer o aprendizado coletivo interativo, que, por sua vez, é alimentado e induzido no tempo pelo próprio processo de competição entre as firmas do distrito (CROCCO *et al*, 2003, p. 1438).

Segundo Schmitz (1992), aglomerar-se facilita o ganho na eficiência e na flexibilidade que são raramente atingidas por empresas pequenas dispersas. A proximidade geográfica é origem comum dos APLs, e tende a estimular o estabelecimento de laços sociais entre os agentes (BRITTO;ALBUQUERQUE, 2001).

Esse processo tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais, colocando em suas mãos o destino da economia local ou regional.É necessário, portanto, constituir alianças de cooperação e apoio mútuo entre campos governamentais, protegendo a integração nacional e instigando parcerias estratégicas no espírito de uma federação cooperativa (COSTA; CUNHA, 2002).

Assim, destacar a atuação dos atores locais, especialmente dos empresários e da sociedade civil, não significa negligenciar o fortalecimento das funções reguladoras e de coordenação do governo estadual, nem deixar de lado o valor do governo federal no tocante à transferência de recursos aos estados e comunidades locais.

Lastres, Arroio e Lemos (2003) ainda afirmam que a intenção das novas políticas refere-se ao tratamento de MPMEs coletivamente, apoiando as aglomerações produtivas territoriais como distritos industriais e sistemas produtivos locais.

Para as autoras, um dos principais pontos de convergência na literatura econômica é que existe uma vasta situação positiva nos aglomerados das MPMEs.As análises de APLs passaram a tornarem-se cada vez mais relevantes, acenando profissionais de diversos países que se preocupam com a dinâmica do desenvolvimento industrial e tecnológico.

No Brasil, Coutinho (2009) cita que esses estudos passaram a ganhar importância a partir do final da década de 90, dada a necessidade de formular novas políticas industriais que não apenas contemplassem as políticas praticadas nos países desenvolvidos, mas que levassem em consideração questões específicas do País:

Visando a precisão de criar novas políticas industriais e tecnológicas agrega ao avanço do conhecimento adquirido em experiências passadas. Por um lado, assiste-se à superação das políticas pontuais, sem sustentabilidade e que ignoram as potencialidades e necessidades do desenvolvimento regional e local. [...] Por outro, verifica-se o reconhecimento das vantagens

de mobilizar as interações “intra” e “entre” empresas e outros atores para promoção dos processos de geração e uso de conhecimentos e inovações, o que tem contribuído para a disseminação de políticas focando conjuntos de atores, suas articulações e seus territórios. A abordagem de sistemas e arranjos produtivos e inovativos é uma das que respondem às exigências de novas políticas que contemplem as especificidades e dinâmicas dos atores e competências das diferentes estruturas produtivas e seus ambientes, visando seu desenvolvimento de forma integrada e sustentada. (COUTINHO, 2009, p. 365).

Na expectativa de contrapor-se a esses desafios, Lemos, Albagli e Szapiro (2004) referem-se à criação, em 1999, do Programa Brasil Empreendedor, que objetivou articular e coordenar as diversas ações em andamento e em desenvolvimento.

Esse programa voltava-se ao fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas e empreendedores do setor formal, com objetivo de contribuir para a geração de renda, manutenção e criação de postos de trabalho (MDIC).

Segundo as autoras, o Programa Brasil Empreendedor:

[...] pretendeu adotar critérios e objetivos comuns, visando padronizar procedimentos e conjugar esforços para evitar a dispersão de iniciativas, e foi caracterizado como um Plano de Ações Integradas do Governo Federal. Seus eixos principais de apoio se centraram em: capacitação, crédito e assessoria empresarial para pequenos empreendedores. Participaram do Programa a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), na coordenação; Ministério do Trabalho e Emprego, incluindo as Secretarias de Trabalho dos Estados; Ministério das Comunicações; o Ministério da Integração Nacional; BNDES; BASA; BB; BN; CEF; SEBRAE; e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (LEMOS; ALBAGLI; SZAPIRO, 2004, p. 5).

Após três anos de implementação do programa, que pretendia adotar critérios e planos de ação para padronizar esforços, foram notados alguns resultados, como baixa efetividade e abandono gradual em 2001.

O termo APL passou, então, a ser empregado por grupos de pesquisa e várias agências de políticas públicas e privadas, que buscavam entender os processos de desenvolvimento do capitalismo atual e promover a ampliação da produção de bens e serviços, e por existir grandes diferenças entre os APLs, distintas proposições de políticas deveriam passar a ser lançadas (CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2009).

No que se refere às políticas de promoção de APLs no Brasil, Cassiolato, Lastres e Stallivieri (2009) afirmam que devem reverter a intenção de empregar modelos de política descontextualizados e prosseguir na implementação de ações

que considerem as condições locais, nacionais e internacionais para o desenvolvimento dos diferentes APLs.

O MDIC(2014) considera que o apoio aos APLs a partir do final da década de 90 começou no Brasil em razão de uma nova percepção de políticas públicas de desenvolvimento, em que o local passa a ter grande relevância como eixo orientador de promoção econômica e social.

As políticas públicas voltadas aos APLs buscam orientar e coordenar os esforços governamentais na indução do desenvolvimento local, gerando emprego e renda à população e estimulando as exportações.

De acordo com o MDIC (2014):

A adoção generalizada do termo levou à inclusão de APLs como prioridade do governo federal, formalizada nos seus Planos Plurianuais desde 2000, no Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2007-2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013, entre outros. (...) Estes esforços contribuíram para a adesão ao termo para além da esfera pública federal, estimulando a criação de Núcleos Estaduais de Apoio a APLs em cada uma das Unidades da Federação, além de iniciativas privadas de organismos de representação empresarial e de agências internacionais.(MDIC, 2014, p. 2).

A partir da inclusão das APLs foi necessária a instalação do GTP APL pelo Ministério do Desenvolvimento, indústria e Comércio Exterior, em agosto de 2004, pela Portaria Interministerial nº 200, de 03/08/2004, com o objetivo de adotar uma metodologia de apoio integrado aos APLs com base na articulação de ações governamentais, visando à ampliação da competitividade e sustentabilidade econômica desses Arranjos.

Fazem parte dessa coordenação de ações, dispersas em diversas instituições e órgãos públicos,o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), o Ministério da Integração Nacional (MI) e mais 33 instituições governamentais e não governamentais.

A coordenação é do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por meio da Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais, órgão do Departamento de Competitividade Industrial desse Ministério, que se constitui, também, como Secretaria Técnica do GTP APL.

Conforme publicado em portaria, O GTP APL tem a atribuição de elaborar e propor diretrizes gerais para a atuação coordenada do governo no apoio a APLs em

todo o território nacional. Dentre outras ações citam-se as seguintes, que caracterizam a atuação do Grupo:

- à manutenção do tema na agenda pública: participação em eventos nacionais e internacionais; realização e apoio aos eventos nacionais referente ao tema;
- ao incentivo à organização institucional em torno do tema: oficinas de orientação aos núcleos estaduais;
- à facilitação das informações e ações para os arranjos: divulgação de programas, editais e eventos aos núcleos estaduais; recebimento, consolidação e disponibilização dos planos de desenvolvimento- ações por APL; ações por estado; ações por tipo (Eixos Estruturantes);
- ao cruzamento das ofertas das instituições com as demandas dos planos de desenvolvimento, e a sua comunicação aos núcleos estaduais;
- ao desenvolvimento de um sistema de captação de informações dos núcleos estaduais sobre APLs (em implantação); e
- ao desenvolvimento de um sistema de encaminhamento e monitoramento das ações dos planos (em implantação).

As atividades desse grupo de trabalho foram focalizadas, inicialmente, em 11 APLs pilotos, distribuídos nas cinco regiões do País, com o propósito de testar a metodologia de atuação integrada.

O último levantamento finalizado, realizado em 2005, constatou 957 arranjos, permitindo a geração de relatórios a partir do setor econômico, da unidade da federação, e da instituição atuante na localidade.

Atualmente, o GTP APL foca sua atuação em 267 APLs prioritários, indicados pelos núcleos estaduais de apoio, procurando critérios de diversidade setorial e prioridades de desenvolvimento regional. Esse número significativo de APLs foi determinante na elaboração da estratégia de ampliação da atuação do GTP APL.

Entende-se que, para tanto, seria necessária a adoção de mecanismos de acolhimento de projetos e envolvimento de instituições estaduais para estimular e comprometer as lideranças dos APLs nos processos de elaboração dos planos de desenvolvimento e consequente, articulações institucionais e empreendedoras.

Para desenvolver esse papel, os núcleos estaduais, ou organizações idênticas, nos Estados, passariam a induzir as demandas dos APLs, bem como fazer a análise de suas propostas e a promoção das articulações institucionais com vistas ao apoio demandado em cada plano de desenvolvimento. Ao caráter público e sistêmico da estratégia integrada proposta, pelo GTP APL, colocou-se o desafio da necessidade de ampliação desse esforço interinstitucional.

O MDIC passou a incorporar, efetivamente, a temática relacionada à APLs no desenvolvimento de suas ações. Além do MDIC, com a grande relevância que os APLs passaram a ganhar, outras instituições governamentais e não governamentais passaram a ampliar ações voltadas para essas aglomerações produtivas de empresas.

Lemos, Albagli e Szapiro (2004) citam algumas das instituições que exercem papel importante no fomento aos APLs brasileiros. São elas: Banco do Brasil (BB); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Instituto Euvaldo Lemos (IEL); Ministério das Minas e Energia (MME); Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCT); e Sebrae.

Os autores abordam ainda que, o Banco do Brasil é uma das instituições financeiras de suma importância no desenvolvimento de ações eficazes voltadas aos APLs brasileiros. É uma das instituições representantes do GTP APL. As ações do BB de apoio aos APLs promovem modernização e expansão, acesso a mercados, vitrine APL, capacitação, caracterização dos APLs e BB giro APL.

Formalmente, o Banco do Brasil passou a agir com foco nos APLs a partir de 2003, principalmente na área de concessão de créditos e serviços financeiros para o apoio e desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas integrantes de APLs. Nas ações desenvolvidas, o Banco do Brasil entra como agente financeiro dos APLs, e o BNDES contribui com recursos financeiros destinados a essas aglomerações.

A parceria firmada entre esses dois Bancos inclui identificação dos APLs que devem ser apoiados, a concessão de financiamento para investimento e capital de giro, e a oferta de serviços bancários diversos para as empresas locais. Outro apoio que merece ser mencionado é o destinado à comercialização e exportação de produtos.

Primeiramente, o Banco do Brasil “selecionou dois projetos pilotos para sua atuação em APLs em parceria com o BNDES: o APL de Moda Íntima de Nova

Friburgo e o APL de Vinicultura da Serra Gaúcha” (LEMOS; ALBAGLI; SZAPIRO, 2004, p.19).

Concordam as autoras que esses dois APLs foram selecionados como projetos pilotos, já que em março de 2003 foi firmado um protocolo de intenções entre o BB e o BNDES para colocar condições e procedimentos necessários à geração de parcerias na área de crédito e serviços financeiros destinados a micro, pequenas e médias empresas.

Segundo o Sebrae (2010), os bancos brasileiros, como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Bradesco também atuam financiando e desenvolvendo linhas de crédito para APLs. Essas instituições financeiras trabalharam em 2010 com o intuito de aumentar as linhas de crédito específicas para empresas que integram APLs.

Fazem parte do Grupo de Trabalho Permanente as seguintes instituições governamentais e não governamentais: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério da Integração Nacional; Ministério da Ciência e Tecnologia e Informação; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério de Minas e Energia; Ministério da Educação; Ministério do Turismo; Ministério da Fazenda; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento Agrário; e Ministério do Meio Ambiente.

Face às limitações operacionais do GTP e visto que as políticas públicas municipais, estaduais ou regionais exercem grande influência nas condições estruturantes dos arranjos, o envolvimento de setores das administrações públicas estaduais no processo de acolhimento de propostas dos arranjos produtivos, bem como nas respectivas articulações e apoios institucionais decorrentes, é fundamental para estimular e comprometer as lideranças dos APLs nos processos de elaboração dos planos de desenvolvimento e consequentes articulações institucional e empreendedora que viabilizem os investimentos planejados.

O proposto evidencia o caráter de descentralização, de colaboração entre os entes federados, o protagonismo institucional e dos atores dos APLs, bem como envolve os níveis locais e estaduais nessa articulação, integrando suas estratégias. Fundamental ainda é o caráter de publicidade dado ao processo de acolhimento de propostas e consequente incremento dos planos de desenvolvimento encaminhados, com a expectativa de melhoria nas suas formulações.

Nesse contexto, o maior desafio do GTP APL será fazer com que os técnicos, e suas respectivas instituições em nível estadual assumam o comando do processo de desenvolvimento e apoio aos APLs do seu Estado.

Os ânimos colaboraram para a adesão ao termo para além da competência pública federal, estimulando a criação de Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs em cada uma das Unidades da Federação, além de iniciativas privadas de organismos de representação empresarial e de agências internacionais.

2.6 Estrutura de Implementação e Avaliação de Políticas para APLs

Afirmam Campos e Nicolau (2003) que a política para APL em seu processo inicial de formulação pressupõe a análise de condições prévias, processos institucionais e tendências que condicionam o alcance dessas políticas.

A ponderação dessas condições prévias permite a definição correta do foco estratégico e dos instrumentos adequados de intervenção. Os impactos, por sua vez, serão mensurados a partir dos objetivos estratégicos da política e devem possibilitar o seu monitoramento pelos indicadores.

A avaliação das condições prévias, segundo Campos e Nicolau (2003), parte da análise das especificidades do contexto local, setorial e territorial, no qual cada APL se insere, bem como da Institucionalidade das políticas para APL.

Esse contexto define um espaço concreto, do ponto de vista territorial, setorial e institucional, onde efetivamente ocorrem os processos de capacitação produtiva e inovativa de produtores locais, e onde operam as políticas de promoção de diferentes esferas de governo.

A definição do foco e dos objetivos estratégicos associados à política para APLs deve ter em conta três aspectos centrais:

- convergência com os programas de desenvolvimento adotados na esfera do governo estadual e/ou federal;
- integração com as particularidades do contexto local; e
- coesão com o conceito de APL, isto é, com a abordagem sistêmica.

A própria delimitação do conceito de APL envolve a articulação entre determinantes de ordem setorial, que definem o escopo das bases de conhecimento e processos de aprendizado relativos a um determinado conjunto de atividades

produtivas, com determinantes de ordem territorial que buscam incorporar a influência das condições socioeconômicas do local na trajetória evolutiva do APL.

O processo de formação e consolidação de APLs está relacionado a contextos históricos e culturais que geralmente se confundem com a própria trajetória de construção de identidades regionais, que pode tanto resultar de uma delimitação político administrativa como emergir a partir de valores comuns associados a uma mesma base social, cultural, política e econômica.

O contexto territorial pode, assim, ser definido a partir de um conjunto de atividades econômicas que são dependentes de recursos específicos do ponto de vista territorial.

Tais recursos tanto podem assumir a forma de ativos territoriais específicos, no sentido material, como podem traduzir também ativos relacionais que se encontram disponíveis a partir de relacionamentos e arranjos interorganizacionais, que envolvem, necessariamente, a proximidade entre os atores envolvidos. (CASSIOLATO; LASTRES, 2005).

Em relação às políticas estaduais de apoio e fomento aos APLs de Goiás, concentram-se no estabelecimento de mecanismos de financiamento, na promoção de sinergias entre os agentes econômicos envolvidos no APL, e no apoio aos eventos específicos que sejam de relevância para as empresas pertencentes aos APLs.

Ainda dentro da análise de condições prévias no processo inicial de formulação, é preciso deixar claro que a questão da governança em APLs só se coloca quando os agentes locais procuram ir além do aproveitamento das vantagens competitivas locais decorrentes de economias externas de aglomeração, e tentam tomar iniciativas coletivas ou desenvolver ações conjuntas, estreitando suas interdependências no sentido de alcançar a eficiência coletiva (SCHMITZ; NADVI, 1999).

Essas iniciativas, ou ações conjuntas podem ter vários objetivos, mas de modo geral visam à formação, dentre outras coisas, de centrais de compras de matérias-primas, consórcios de exportação, centros tecnológicos de uso coletivo, criação de instituições de ensino e formação profissional, criação de marca de denominação local e desenvolvimento de redes ou sistemas próprios de distribuição.

Nesse caso, Schmitz e Nadvi (1999) citam que é essencial que haja uma estrutura de governança local, entretanto a vivência de uma estrutura de governança

e a forma que ela pode assumir vai depender de um complexo de variáveis, dentre as quais:

- quantidade de empresas distribuídas e o tamanho das empresas locais, sua estrutura de produção, iniciativas coletivas;
- tipo de produto ou atividade local econômica; se existe formação de redes de fornecedores especializados;
- como se comporta a organização da produção local, fator determinante de governança, embora as formas de organização em que predominam pequenas e médias empresas autônomas, sem assimetrias consideráveis, são mais propícias a iniciativas coletivas sob alguma forma de governança local;
- presença de instituições locais com representatividade política, econômica e social, interagindo com o setor produtivo, para determinar a possibilidade e a forma de governança. Em geral um tecido institucional denso, com forte representatividade e sintonizado com as atividades do arranjo ou sistema local, constitui um elemento indispensável em estruturas de governança local em que predominam pequenas e médias empresas; e
- contexto sociocultural e político local: condicionante mais importante da possibilidade e da forma de governança em APLs. É desse contexto multifacetado e específico a cada local que provêm alguns dos mais importantes elementos básicos das formas de governança possíveis em APLs: solidariedade, tendência à coesão social, e liderança local. Essas são características que, quando existem, estão fortemente arraigadas e fazem parte da história e do ideário local, portanto, dificilmente podem ser transplantadas ou imaginadas como atributos genéricos de arranjos ou sistemas locais de produção.

As possibilidades de desenvolvimento do sistema local dependem, em grande parte, das formas de governança local, pública ou privada. A extração de outros benefícios, além das economias externas de aglomeração, depende de formas de governança do sistema produtivo local que estimulem a manutenção de relações cooperativas entre os agentes, levando ao estabelecimento de ações conjuntas entre eles, e ao incremento da competitividade do conjunto dos produtores.

2.7 Características e Tendências do Setor Moveleiro

Desde o final do século passado o setor moveleiro mundial vem passando por expressivas mudanças no que tange à automatização dos equipamentos, à utilização de novas técnicas de gestão, ao emprego de novas fontes de matérias-primas, bem como na combinação de diferentes materiais na confecção do móvel.

A indústria de móveis no Brasil teve seu início em três polos: na década de 1950, na cidade de São Paulo e em seus municípios vizinhos, Santo André, São Bernardo dos campos e São Caetano do Sul surgiu o polo pioneiro. Nas décadas seguintes emergiram os outros dois polos moveleiros: no Rio Grande do Sul, nos anos 60, e Santa Catarina, na década de 1970 (BRASIL, 2002).

A necessidade de tais mudanças se justifica pelo novo perfil do consumidor que passou a ser mais exigente na busca por conforto, praticidade e funcionalidade. A vida útil do mobiliário e sua reposição têm diminuído significativamente nos últimos anos, o que tem contribuído para a massificação do consumo de móveis em todo o mundo, e gerado, conseqüentemente, maior dinamismo da indústria moveleira.

Segundo Coutinho *et al* (2002), esse dinamismo pode ser percebido pelo acréscimo do consumo, em todo o mundo, de produtos da cadeia produtiva, tanto da madeira quanto de móveis. Com isso, a criação do APL foi providencial no que tange ao crescimento moveleiro.

Atualmente, existem polos moveleiros desenvolvidos em outros estados, como Minas Gerais (Uberaba, Uberlândia), Espírito Santo, Paraná, e em estágio embrionário começam a surgir também nas demais regiões do País, como nas regiões de Macapá e Santana (AP); Paragominas (PA); Fortaleza (Sobral), Juazeiro e Igatu (CE); Teresina (PI); Caruaru, Afogados, Garanhuns, Gravatá e Lajedo (PE); Brasília (DF) e Itapetininga (SP) (BRASIL, 2002).

De acordo com Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI), o perfil dos produtores de móveis tem as características:

- o setor representa 1,4% da produção e 3,6% do emprego da indústria brasileira; a produção é bastante fragmentada;
- 72% das empresas têm menos de dez funcionários, e a média geral é de 15 funcionários/empresa;

- a participação das grandes empresas não chega a 30% das vendas;
- em média contam com uma única unidade de produção (800 m² de área construída);
- as unidades operam com apenas um turno de trabalho, em média 8h15 horas/dia;
- 86% dos funcionários encontram-se alocados na área de produção, enquanto que apenas 2% deles estão na área de vendas, e incluindo representantes, chega a 8%;
- uma empresa detém em média 100 clientes, com apenas 1,2 vendedor/representante para atendê-los, além dos próprios donos; e
- 83% das empresas atuam na produção de móveis de madeira, 8% em móveis de metal, 6% em móveis estofados.

Dados apontam que há grandes oportunidades para o setor moveleiro em Rio Verde (GO) e em todo o País. O sucesso do APL é percebido a partir dos dados gerais do setor moveleiro no Brasil, de 2010 a 2012, apresentado pelo Instituto de Estudos e Marketing Industrial, em parceria com o Sebrae.

Os estudos apontam que haverá um crescimento no panorama moveleiro. De acordo com dados publicados pelo Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI), em parceria com a Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul (MOVERGS), em 2012a previsão para 2013 seria que os produtos deveriam crescer 6,8%, enquanto o faturamento 9,7%. Ainda de acordo com o relatório, há uma previsão de produção do setor moveleiro com crescimento de 5,5%.

O setor moveleiro enfrenta cargas tributárias que impedem que muitas empresas participem do mercado formal. A elevada informalidade em toda a cadeia produtiva da indústria moveleira impede uma maior organização entre os agentes, que não terceirizam partes do processo produtivo, o que torna a fabricação do móvel pouco dinâmica e competitiva, principalmente no mercado internacional.

Embora existam dificuldades na indústria moveleira, esse é um setor que se depara em franca expansão, de acordo com os dados da ABIMÓVEL (2003). Houve, nos últimos anos, crescimento médio anual de 9% no faturamento das empresas do setor.

Apesar de o País ter um significativo número de empresas moveleiras, estas, de maneira geral, trabalham de forma descoordenada, com pouca atividade cooperativa, pequeno grau de especialização e baixa eficiência produtiva.

As principais deficiências verificadas nessa indústria, que aparecem como características comuns a todos os polos, diferindo apenas em intensidade, podem assim resumidas conforme Gorini (1998):

- elevada verticalização na fabricação de móveis que, em certa medida, pode ser justificada pela estrutura tributária em cascata, e também pela falta de uma cultura de cooperação entre os agentes envolvidos na cadeia produtiva;
- carência de fornecedores especializados em partes e componentes dos móveis, fato que pode ser explicado, entre outros, pela falta de normas (medidas) padrão para o setor;
- elevada informalidade do setor; e
- baixo investimento em *design*, em pesquisa de mercado e em P&D, tanto por parte do setor público quanto pelo setor privado, devido, principalmente, ao fato de a indústria moveleira ser majoritariamente composta por micro e pequenas empresas, que não possuem recursos financeiros nem capital humano para tal atividade.

Essas dificuldades contribuem para o baixo grau de especialização das empresas, já que, geralmente, uma mesma empresa desenvolve internamente diversas etapas do processo produtivo e fabrica vários produtos, com pouca eficácia e baixa escala produtiva.

As empresas perdem, dessa forma, competitividade no mercado internacional frente a outras do mesmo porte que encontram fornecedores especializados e parceiros para a terceirização de etapas do processo produtivo.

Na próxima seção tem-se o método da pesquisa, fluxograma que apresenta, de forma simplificada, as etapas da pesquisa, a proposta, a caracterização da pesquisa, e a amostra e instrumentos utilizados.

3 MÉTODO

O método é o caminho que norteia o cientista a chegar ao objetivo proposto na pesquisa. Para Prodanov e Freitas (2013),

o método científico é um traço característico da ciência, constitui-se em um instrumento básico que ordena, inicialmente, o pensamento em sistemas e traça os procedimentos do cientista ao longo do caminho até atingir o objetivo científico preestabelecido (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.24).

De acordo com Marconie Lakatos (2000, p.40), a atividade científica “tem por finalidade a obtenção da verdade”, por intermédio da pragmática elencada à teoria científica até chegar à realidade, de acordo com comprovações teóricas.

Para Oliveira (2004), o método científico é o processo detalhado das atividades de pesquisa, com o propósito de atingir o conhecimento. Marconi e Lakatos (2010) afirmam que uma pesquisa sempre surge de um problema.

Sua finalidade é a busca pela resposta, suprimindo a necessidade de conhecimento do pesquisador pelo levantamento de hipóteses as quais a pesquisa irá afirmar ou negar, tendo como meio o uso de métodos científicos.

Esta pesquisa, de acordo com os estudiosos da metodologia citada, caracteriza-se como qualitativa com estudo de caso. Propõe-se a analisar os instrumentos e a condição do polo moveleiro na cidade de Rio Verde (GO) de forma científica, levantando e analisando a atual condição do APL.

A metodologia adotada, de caráter exploratório, envolve a pesquisa de campo, uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo (VERGARA, 2000). Inicialmente buscou-se, na revisão bibliográfica, uma base conceitual para a consolidação do referencial teórico a ser utilizado no desenvolvimento do estudo (KÖCHE, 1994).

A entrevista individual é a técnica fundamental da pesquisa qualitativa, pois apresenta o propósito de descobrir questões implícitas, em que o respondente é induzido a comentar sobre suas crenças, atitudes e informações subjacentes ao tema (MALHOTRA *et al*, 2005).

Neste estudo utilizou-se a entrevista, em profundidade, como técnica de coleta de dados, por ser a que melhor se adapta ao contexto metodológico da pesquisa.

3.1 Fluxograma e Análise de Conteúdo

O fluxograma apresentado na Figura 1 ilustra, de forma simplificada, as etapas da pesquisa:

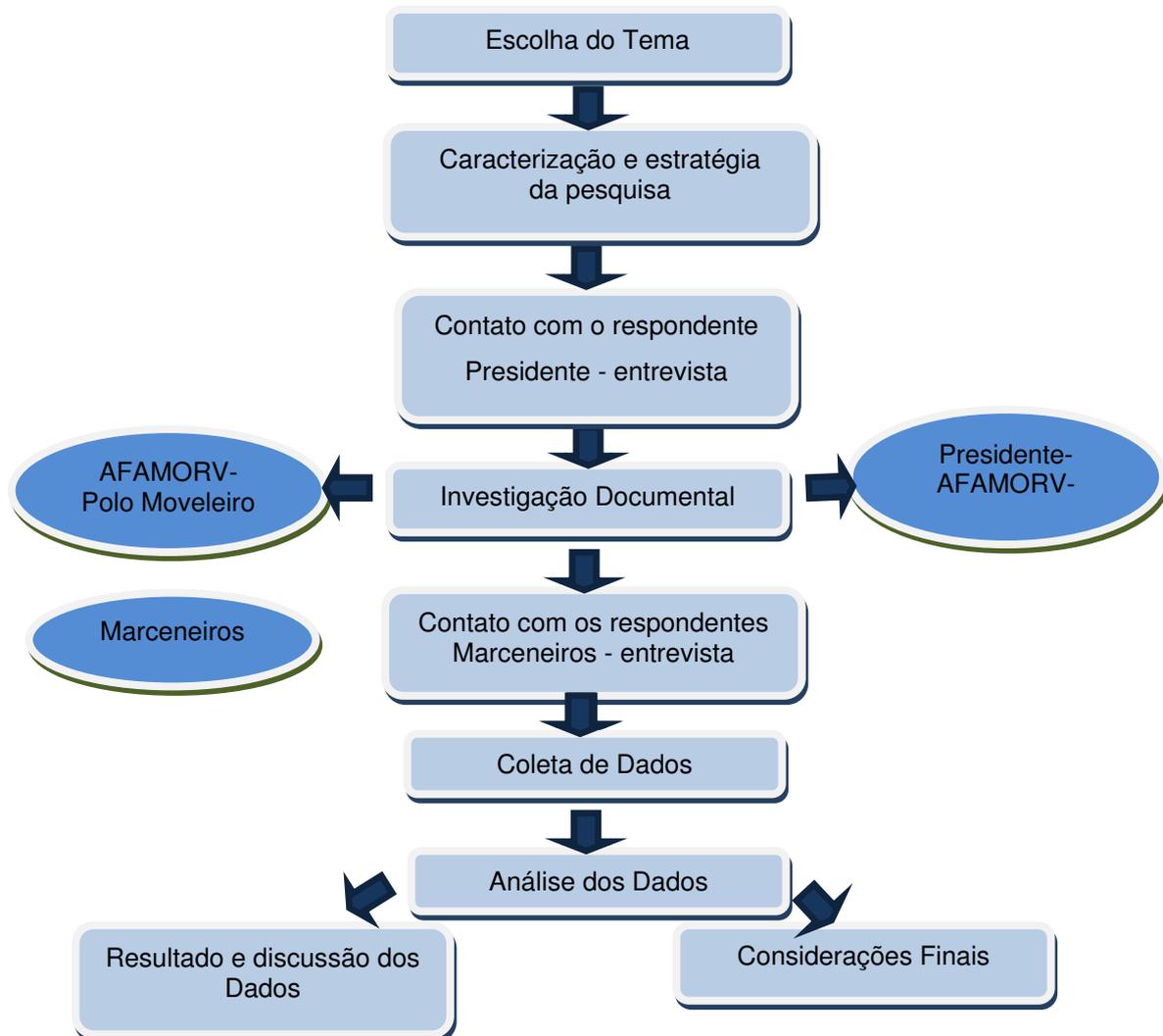


Figura 1-Etapas da pesquisa

As etapas da pesquisa compreendem:

- **1ª Investigação dos documentos de constituição da Fundação:** na Associação dos Fabricantes de Móveis de Rio Verde (AFAMORV), disponibilizados pelo atual presidente, Paulo Carvalho;
- **2ª Entrevista com o Presidente:** após a análise dos documentos, acerca dos aspectos históricos da implantação do projeto que deram origem ao APL das indústrias moveleiras, conforme Apêndice B; e
- **3ª Aplicação de questionário aos marceneiros:** com o intuito de caracterizá-los e perceber o tipo de relacionamento das empresas

participantes do Arranjo Produtivo Local, conforme Apêndice A.

3.2 Escolha do Tema

Ao perceber o grande crescimento do município de Rio Verde, ocupando o quarto lugar no Produto Interno Bruto (PIB) da região centro-oeste do País, o estudo tomou forma com o objetivo de analisar as condições das indústrias moveleiras e analisar o processo de incentivo público, não por conhecer o assunto, mas por curiosidade e vontade de colaborar com informações importantes para os empresários, pesquisadores e demais interessados, e, conseqüentemente, com o desenvolvimento local.

O estudo consta de teorias e teóricos, que discutem o APL, e com uma pesquisa de campo, com a intenção de identificar os apoios recebidos para o crescimento do Arranjo Produtivo, analisando a sua situação atual.

3.3 Caracterização e Estratégia da Pesquisa

A pesquisa é um “conjunto de atividades orientadas e planejadas para a busca de um determinado conhecimento” (MARTINS; CAMPOS, 2003, p.13). Esse conhecimento, de acordo com os estudos de Ruiz (1996), é a realização de uma busca planejada, desenvolvida de acordo com as normas da metodologia consagrada pela ciência. Para o pesquisador, é o método da abordagem de um problema de estudo que caracteriza o aspecto físico de uma pesquisa.

A abordagem desta pesquisa é qualitativa, com estudo de caso. Para Godoy (1995) é a interação entre a prática e o indivíduo e, também, a busca da interpretação dos dados colhidos a partir das respostas apresentadas em entrevistas.

Conforme explica Godoy (1995),

as pesquisas qualitativas são realizadas no local de origem dos dados oferecidos, visando o exame profundo de um ambiente, de um indivíduo ou de uma situação em particular, e não impedem o pesquisador de utilizar a coerência do empirismo, ou seja, baseiam-se na interpretação da ação de interação entre sujeito e o mundo (GODOY, 1995, p. 57-63).

Nesta pesquisa de estudo de caso, utilizou-se a triangulação de dados: documentos, dados gerais, e entrevista.

Foram utilizados os documentos da Associação dos Fabricantes de Móveis de Rio Verde (AFAMORV). Severino (2007) afirma que a pesquisa documental é investigada no local de origem e que não há interferência do investigador na interpretação dos dados.

Segundo Trivinões (2009), a pesquisa do tipo descritivo-exploratório é a que descreve e analisa com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade, neste caso o arranjo produtivo local das indústrias de móveis do município de Rio Verde (GO). Com isso, buscou-se descrever esse Arranjo, analisando suas características, formas e desenvolvimento, de acordo com as teorias referentes ao assunto.

A pesquisa documental, que subsidia este estudo, tem os documentos como parte do *corpus* da pesquisa. Esses documentos, de acordo com Severino (2007, p. 122), podem ser além de “documentos impressos, outros tipos, como: jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais”.O pesquisador precisa observar se esses documentos não tiveram nenhum tratamento analítico e se são ainda matéria-prima, para poder investigá-los e analisá-los.

Neste estudo optou-se pela entrevista baseada em um roteiro preestabelecido, que se enquadra na entrevista semiestruturada, definida pelos autores como “aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido” (LAKATOS; MARCONI, 2006, p. 94).A população do objeto de estudo centrou-se no Presidente da Associação e nos empresários de Rio Verde (GO), que atuam no setor moveleiro.

Das 20 empresas pertencentes ao APL,as 15 empresas seguintes foram entrevistadas: Marfim Marcenaria; Marcenaria Fiori; Marcenaria Nunes; Doce Lar Móveis; Marcenaria Flamboyant; Marcenaria LG; Atualle Móveis; AV Móveis; Nova Arte Móveis; Marcenaria Silva; Marcenaria União; Rádica Móveis; Atenas Ateliê; Cheiro de Algodão Móveis; e Nobre Ambientes.

É importante salientar que inicialmente tentou-se entrevistar todas as 20 empresas participantes das ações voltadas ao APL, entretanto houve uma grande dificuldade em contatá-las. Algumas haviam desativado suas atividades, o que inviabilizou o contato.

Como na maioria das empresas de móveis os responsáveis se dedicam à atividade, não houve dificuldade em aplicar a entrevista. Outra questão relevante é que houve uma grande receptividade por parte das empresas, já que não há estudos

referentes a esse APL. Os respondentes acreditam que a partir deste estudo os principais gargalos e dificuldades de operação poderiam ser identificados de modo a contribuir para o desenvolvimento do APL.

Todas as empresas que participam das ações realizadas no APL têm como segmento de atividade principal a produção de móveis, com predominância de madeira, o que é critério fundamental para a existência de um APL.

3.4Entrevista 1 – Presidente da AFAMORV

O presidente da Associação dos Fabricantes de Móveis de Rio Verde (GO), Paulo Carvalho Aguiar, concedeu uma entrevista em que relatou os aspectos históricos da implantação do projeto que culminou no surgimento do APL das indústrias de móveis, conforme Apêndice B.

3.5Investigação Documental

Após a entrevista uma investigação documental na Associação dos Fabricantes de Móveis de Rio Verde (AFAMORV), Polo Moveleiro de Rio Verde, quando o atual Presidente da Associação, Paulo Carvalho Aguiar, disponibilizou parcialmente os documentos de constituição da Associação.

3.6Entrevista 2 - Marceneiros

O contato com os marceneiros foi feito por telefone, após busca de informações e de endereços na internet, uma vez que a lista fornecida não ajudou na identificação dos respondentes.

Após a apresentação do pesquisador e da pesquisa, destacando seu propósito e o objetivo das entrevistas, foi feito o agendamento. A entrevista foi aplicada aos 15proprietários das marcenarias ligadas à Associação dos Fabricantes de Móveis de Rio Verde, que aceitaram participar, com o intuito de caracterizá-la e perceber o tipo de relacionamento das empresas participantes no Arranjo Produtivo Local, conforme o Apêndice A.

3.7 Análise de Conteúdo

Toda a pesquisa precisa estar ligada a determinado instrumento, e tendo a entrevista como um desses instrumentos foi importante definir como analisá-la, uma vez que as respostas dos informantes sem uma base teórica forte não atenderia a cientificidade proposta pelo trabalho.

Para Fonseca Junior (2009), a análise de conteúdo avalia com segurança os requisitos de sistematicidade e confiabilidade, e é imprescindível para a realização de um trabalho que almeja, partir de informações coerentes com a leitura de textos, posteriormente fazer deduções a seu respeito.

A análise dos dados adquiridos durante a pesquisa precisa de embasamento teórico para tornar-se ciência. Sem um método de apoio, a subjetividade das respostas não tem validade para a pesquisa.

Bardin (1977, p.18) pondera a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, especialmente utilizada nas ciências sociais empíricas, visando especialmente materiais impressos.

A autora divide a análise de conteúdo como sistemática e objetiva. A primeira deve ser aplicada da mesma forma em todo o conteúdo analisado, como, por exemplo, a entrevista.

A segunda utiliza as mesmas formas de pesquisa, e é usada por diferentes usuários. Deveria alcançar os mesmos objetivos, mas nem sempre são alcançados por haver diferenças ideológicas e de forma de trabalho, de acordo com os entrevistados.

A análise de conteúdo, para Bardin (1977), pode ser dividida em três fases: a) pré-análise; b) descrição analítica; e c) interpretação referencial, conforme descreve o Quadro 2.

Dispostas as fases, o pesquisador pode propor inferências e fazer interpretações conforme seus objetivos, tentando aproximar-se ao máximo das discussões teóricas e análises com apoio da análise de conteúdo. Ainda para o autor, a análise de conteúdo a partir da tríade citada é um caminho que norteia metodologicamente todo o estudo, aprofundando-se na análise.

Fases da análise de conteúdo	Descritivo
Pré-análise	Organização, preparação para análise dos dados, baseadas na leitura flutuante, a escolha dos documentos.
Descrição analítica	Estudo aprofundado pelo referencial teórico. Ponto de vista do entrevistado.
Interpretação referencial	Aprofundamento na análise, afim de descobrir as ideologias, tendências e outros.

Quadro 2-Fases da entrevista realizada e respectivos procedimentos segundo Bardin

Para Herscovitz (2008), na análise de conteúdo a inferência do pesquisador está em desconstruir o material coletado para então construir indicadores de significados não explícitos, buscando respostas em outras referências, criando novas indagações e relacionando causas.

Na construção da análise de conteúdo o pesquisador é levado, de forma crítica, embasado na teoria e respostas apresentadas, a interpretar a subjetividade, levando em conta as questões implícitas.

Apresenta-se a situação atual do Arranjo Produtivo em Rio Verde (GO) a partir de categorias e subcategorias, conforme perguntas dirigidas aos empresários do setor moveleiro. O Quadro 3 descreve as categorias e respectivas subcategorias.

Categorias	Subcategorias
Tipos de agente	-Situação da empresa -Forma de registro -Tipos de tributação
Proximidade espacial	-DIMPE-distrito industrial das micro e pequenas empresas de Rio Verde -Origem da matéria-prima
Cooperação	-Relacionamento das empresas com atividades cooperativas -Tecnologia Utilizada e Capacidade Produtiva
Vínculos de articulações	-CERVE -SEBRAE -SENAI -Governança -Práticas sociais
Aprendizagem	-Políticas de Capacitação de Funcionários

Quadro 3 -Relações das categorias e respectivas subcategorias

3.8 Coleta de Dados

A pesquisa está centrada nas indústrias moveleiras localizadas no município de Rio Verde, no centro-oeste do Estado de Goiás. Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento a entrevista com perguntas semiestruturadas, dirigidas aos gestores das empresas.

Easterby-Smith, Thorpe e Lowe (1999) concordam que a entrevista proporciona ao pesquisador a oportunidade de averiguar de maneira profunda seu objeto de estudo para descobrir novos indícios, explorar novas dimensões de um problema e garantir relatos vívidos, precisos e abrangentes, fundamentados na experiência pessoal do entrevistado.

A coleta de dados teve início após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade de Taubaté, com o protocolo nº 613.690/2014, conforme Anexo 1, bem como o devido consentimento da direção das empresas após o esclarecimento do objetivo.

Lakatos e Marconi (2006) afirmam que é na etapa de pesquisa que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e as técnicas selecionadas, a fim de efetuar a coleta dos dados previstos.

Já para Cervo e Bervian (1996), a coleta de dados é uma tarefa importante ao envolver diversos passos, como a determinação da população a ser estudada, a elaboração do instrumento de coleta, a programação da coleta e também os dados e a própria coleta. Utilizaram-se como instrumentos da coleta de dados a análise de documentos e entrevistas.

Todos os entrevistados assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, conforme modelo disponibilizado pela Universidade de Taubaté, conforme Apêndice C.

Na próxima seção serão abordados os resultados da pesquisa, com enfoque a caracterização do município de Rio Verde (GO).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Contextualização e dados do Município de Rio Verde (GO)

O enfoque desta seção se inicia com a caracterização do Município em questão, aspectos econômicos e localização, destacando seu processo de industrialização; os aspectos históricos que propiciaram o surgimento do Arranjo Produtivo Local (APL); os incentivos políticos; a descrição das indústrias, seu perfil; e a análise dos dados coletados na pesquisa de campo.

De acordo com o IBGE (2013), o município de Rio Verde localiza-se na microrregião sudoeste do Estado de Goiás, centro-oeste brasileiro. A área total do Município é de 8.379,6590 km, e ainda de acordo com IBGE (2013), Rio Verde conta com uma população de 197.048.

Importante região pastoril, o sudoeste goiano chamou a atenção do Governo Imperial que constituiu medidas de incentivo. Pela Lei nº 11, de 5 de setembro de 1838, “ficavam isentos por espaço de dez anos de pagar Dízimos de Miúnças de Gado Vacum e Cavalari os atuais habitantes o Rio Verde além do Turvo, bem como os que dentro do prazo de dez anos forem estabelecer-se por aquelas bandas” (CUNHA, 1988, p.125).

Importante polo de crescimento agroindustrial, a ocupação econômica do município de Rio Verde, segundo Campos (1971), aconteceu em dois períodos distintos. O primeiro teve como principal característica a pecuária extensiva e o uso de grandes extensões de terra, e se estendeu desde a fundação do povoado até a década de 1920.

A partir dos anos de 1920, com a implantação da estrada de ferro, o sul do Estado de Goiás, em especial a microrregião do sudoeste, apresentou um grande crescimento econômico ligado à produção de milho e à entrada da soja em Goiás, pelo município de Rio Verde.

De acordo com Borges (1990), ao ocupar a posição de maior produtor de soja no Estado de Goiás, o município de Rio Verde se consolida como polo econômico da microrregião sudoeste.

A Figura 2 apresenta o mapa de localização do Município de Rio Verde (GO).



Figura 2- Mapa de localização do Município de Rio Verde (GO)
 Fonte: Google maps (2014)

Borges (1990) ainda afirma que de fato as potencialidades econômicas do Município têm atraído investimentos de grandes grupos empresariais, por apresentar as condições necessárias para a integração do capital industrial ao setor agrícola. O resultado desse processo representa uma significativa melhoria nas possibilidades de agregação e desenvolvimento regional.

De acordo com a Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás (2014), Rio Verde é um município dinâmico, com um forte potencial competitivo. Possui amplas lavouras de soja, milho, sorgo, girassol, algodão e feijão, além de extensas pastagens que enriquecem a paisagem dessa Região. A fertilidade da terra alia-se ao uso de uma avançada tecnologia.

Geograficamente privilegiado, o Município está a 220km de Goiânia e 420km de Brasília, próximo de grandes centros, aos quais tem acesso facilitado pelas

rodovias federais BR060 e BR452, e pelas rodovias estaduais GO-174, GO-333 e GO-210.

O Município possui um aeroporto com pista de 1500X30 metros de extensão, com balizamento noturno, terminal de passageiros, e voos diários para Campinas, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro, Manaus, Porto Alegre e Recife.

Outra vantagem do Município é a proximidade com o porto de São Simão. Vale destacar ainda a criação da Ferrovia Norte-Sul, que cortará a região sul de Goiás, beneficiando vários municípios no que tange ao setor agrícola e polos industriais.

No início do século XX, Rio Verde já despontava entre as demais cidades tanto na economia como na infraestrutura, e foi a primeira cidade do Estado a ter rede de água encanada, em 1910. Na segunda metade da década de 1930 foi construída a primeira rodovia ligando a cidade à Goiânia, a nova capital do Estado.

Em 1943 foi construída a ponte de Cabo de Aço sobre o Rio Verdão, facilitando o uso da estrada e possibilitando a ligação de Rio Verde às cidades mais distantes. Até os anos de 1950, a vocação econômica do Município era a pecuária, que por mais de 100 anos dominou a Região.

Em pouco mais de 30 anos, a partir dos anos de 1970, Rio Verde deu um grande salto econômico. De pequeno ou médio produtor rural tornou-se o maior produtor de grãos do Estado, alcançando, graças à aplicação de tecnologias de ponta, alto índice de produtividade.

A maioria das culturas é feita no sistema de plantio direto, o que beneficia a preservação ambiental e evita erosões e assoreamento dos rios.

De acordo com Müller (1989),

o padrão agrário moderno é a expressão da aplicação das conquistas da ciência moderna na agricultura e das novas formas de organizar a produção rural. E uma das suas mais importantes consequências é a supressão do divórcio entre agricultura e indústria e entre campo e cidade (MÜLLER, 1989, p.18).

Um complexo agroindustrial pode ser tratado por uma série de atividades ligadas ao trabalho de produzir e transformar produtos agropecuários, afirma ainda Müller (1989). A agroindústria aumentou a partir da década de 1990, e contribuiu para o crescimento econômico do Município.

O PIB de Rio Verde é atualmente o quarto maior do Estado, com R\$ 4.160.000.000, atrás somente dos municípios de Aparecida de Goiânia, Anápolis, e

da capital Goiânia. O Município tem uma renda *per capita* de R\$ 30.527,15 (IBGE, 2011).

Com a necessidade de qualificação, Rio Verde tornou-se um polo educacional de ensino superior. Fazem parte desse polo a Universidade de Rio Verde (UNIRV), Instituto Federal Goiano (IEF), Faculdade Objetivo, Faculdade Almeida Rodrigues, além de Institutos de Educação Superior à distância.

4.1.1. Industrialização em Rio Verde (GO)

O intercâmbio entre desenvolvimento econômico e organização espacial, apontando o desenvolvimento de uma região, impulsiona a implantação de indústrias, que contribui para o aprimoramento do processo produtivo, adequando novos vínculos com o entorno econômico em que estão instaladas.

De acordo com Chaves (2009),

o município de Rio Verde apresenta uma variação de atividades industriais extremamente grandes, mas com maior ênfase em Grupos de indústrias de Construção civil e mineração, com 23,1%, seguidos de Grupos industriais de Agronegócios, com 19,2%, Grupo de indústrias de veículos e motores, Grupo de indústrias de produtos químicos, Grupo de indústrias de bebidas, Grupo de indústrias de carnes (Frigoríficos) com 7,7%, respectivamente, acompanhados, em seguida, dos Grupos de indústrias de Eletrodomésticos, Grupo de indústrias de combustíveis e lubrificantes, Grupo de indústrias de cereais, Grupo de indústrias de laticínios e Grupo de indústrias de embalagem com 3,8 respectivamente. (CHAVES, 2009, p 121).

As características do Município demonstram a sua capacidade de desenvolvimento, motivando a instalação das indústrias pelos benefícios fiscais, localização geográfica, e quantidade de mão de obra oferece.

Para Chaves (2009) Os resultados mostram que Rio Verde é um município autossustentável, com uma cadeia produtiva com características de Cluster, destacando-se na região sudoeste e em Goiás.

De acordo com prefeitura de Rio Verde, a cidade conta com um comércio forte e competitivo, suficiente para atender a demanda da população local e regional. Para tanto, é abastecida com uma grande estrutura de agências bancárias, supermercados, farmácias, lojas de vestuário e calçados, móveis, revenda de automóveis, caminhões, máquinas e implementos, produtos veterinários e agrícolas e um dos maiores parques industriais do Centro-Oeste.

O Município possui quatro distritos industriais municipais e dois estaduais prontos para receber novas indústrias. Todo esse conjunto gera empregos diretos e indiretos, nas indústrias instaladas e em instalação, contribuindo para solução de problemas sociais.

4.2 Políticas e Instituições de apoio Estadual para os APLs de Goiás (GO)

Asseguram Cassiolato e Lastres (2003) que os Arranjos Produtivos têm em sua capacidade diversas instituições públicas e privadas voltadas à formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

As instituições no município de Rio Verde, tais como o Serviço Nacional da Indústria (SENAI), Serviço Nacional do Comércio (SENAC) e Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), promovem cursos de capacitação para os indivíduos interessados em aprender, especializar e reciclar conhecimentos de forma organizada e gratuita, por meio dos programas de Governo.

As principais instituições que desenvolvem ações de apoio aos APLs em Goiás são: Rede Goiana de Apoio a Arranjos Produtivos Locais (RG-APL); SEBRAE-GO; SENAI-GO; Secretarias de Estado de Ciência e Tecnologia (SECTEC), de Indústria e Comércio (SIC), de Planejamento (SEPLAN), e de Agricultura (SEAGRO); e a Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR).

4.2.1 Rede Goiana de Apoio a Arranjos Produtivos Locais (RG-APL)

A Rede Goiana que faz parcerias com as empresas pertencentes ao APL - RG-APL, surgiu pelo Decreto 5.990, de agosto de 2004, coordenada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e demais integradas: Secretaria de Ciência e Tecnologia; Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Indústria e Comércio; Secretaria de Infraestrutura; Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento; Agência Goiana de Desenvolvimento Industrial; Agência Goiana de Desenvolvimento Regional; Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário; Agência de Fomento de Goiás S/A; Federação da Agricultura e Pecuária de

Goiás (FAEG); Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Goiás (SEBRAE); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Católica de Goiás (UCG); e Universidade Estadual de Goiás (UEG).

O benefício com a idealização da Rede veio de encontro à formalização da articulação informal. Com essa formalização surgiu o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL), no ano de 2004, com o objetivo de constituir, promover, organizar e solidificar a política estadual de inovação tecnológica local, pela constituição e o fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais, iniciando em 2006 a atuação. Os setores e as regiões são estabelecidos conforme decreto (ESTADO DE GOIÁS, 2004).

4.2.2 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Goiás (SEBRAE-GO)

O Sebrae-GO colabora de forma a impulsionar o empreendedorismo, o crescimento dos pequenos negócios no Estado de Goiás, aumentando a competitividade de forma positiva nos territórios onde os pequenos negócios do arranjo produtivo se encontram.

Esse órgão tem a preocupação de atender as empresas interessadas em fazer parte dos APLs que formam cadeias produtivas. O foco de suas ações é a capacitação empresarial, o que envolve, também, articulação dos empresários, disponibilização de informações e consultoria empresarial. É uma das instituições precursoras e mais ativas no apoio a Arranjos Produtivos Locais no Estado.

4.2.3 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Goiás (SENAI-GO)

O Senai-GO(2014) é uma instituição complementar do sistema da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), cuja missão é promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da indústria.

O ponto principal da atuação do Senai em APLs é a capacitação profissional técnica e gerencial, compreendendo ações de formação, organização dos atores dos arranjos, assessoria técnica e tecnológica, apoio ao cooperativismo e associativismo, otimização do processo produtivo e fortalecimento da comercialização dos produtos.

Essa instituição passou a atuar com APLs no final de 2004, a partir de um convite do Ministério da Integração Nacional (MI) para ser o executor de um Programa de Desenvolvimento de Arranjo Produtivo Local daquele Ministério, no entorno de Brasília. A atuação do MI em APLs é pouco articulada com o GTP-APL, ocorrendo o mesmo com relação ao Senai-GO e ao RG-APL.

O Senai tem uma atuação importante nos APLs em cujos municípios ela possui unidades de formação. Esse é o caso, por exemplo, dos APLs de confecções da região de Jaraguá, de calçados de Goiânia e Goianira, de confecções de Goiânia, e de móveis em Rio Verde (GO). Atua, ainda, pontualmente, em diversos outros arranjos, quando demandado.

4.2.4 Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás (SIC)

A SIC é o órgão do governo estadual responsável pela formulação e cumprimento de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento industrial e de geração de emprego e renda no Estado. Atua desde 2000 no apoio aos APLs em Goiás.

Seu principal foco está na atuação em arranjos e apoio ao desenvolvimento das empresas que os integram, a partir, principalmente, de ações conjuntas e cooperativas. Apóia, entre outras, ações de fortalecimento da governança dos arranjos, ações de capacitação gerencial, de formação de mão de obra, de redução da informalidade, e de acesso a crédito e a mercados.

4.2.5 Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN)

A SEPLAN é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação e suporte das políticas públicas do governo estadual. O ponto focal de sua atuação nos APLs está na ampliação de sua capacidade competitiva e, por conseguinte, incremento da

competitividade dos territórios em que eles estão inseridos, como mecanismo de redução das desigualdades regionais.

A sua base está voltada, principalmente, para ações de fortalecimento institucional do APL, promoção da integração, participação e comprometimento efetivo dos atores envolvidos no processo, e para ações de elevação do capital social, de democratização do acesso ao crédito e bens sociais, de preservação ambiental e de conexão com mercados.

4.2.6 Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR)

A AGDR é uma agência do governo estadual cuja missão é atuar na redução das desigualdades intra e inter-regionais de Goiás. Para tanto, ela conta com programas específicos de atuação nas regiões mais atrasadas do Estado, como o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do DF; Programa de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste; Programa de Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano; e Programa de Desenvolvimento Local e Urbanístico.

Seus instrumentos de ação são, principalmente, de apoio à realização de estudos regionais que visem identificar potencialidades e obstáculos ao desenvolvimento das regiões; de apoio a investimentos em infraestrutura urbana, fundiária, econômica e social; a ações de estímulo ao desenvolvimento da produção local; bem como em ações de fortalecimento institucional nas regiões priorizadas.

A Agência não dispõe de um programa ou estrutura institucional voltada especificamente para a atuação em APLs: é integrante da RG-APL e atua quando demandada. Seu foco na atuação é, principalmente, apoiar a elaboração de planos de desenvolvimento.

A exigência do GTP-APL de que os APLs tivessem um Plano de Desenvolvimento Preliminar (PDP), para pleitear apoio dos órgãos federais, fez com que esse esforço se tornasse uma prática corrente no Estado.

4.3 Composição do PIB do Estado de Goiás

Ainda de acordo com SEPLAN (2012), dentre os grandes setores de atividades econômicas, o de Serviços é o que predomina em Goiás, representando

59% da produção de riquezas. Nesse setor pode-se ressaltar o comércio, tanto o varejista como o atacadista, que é bastante dinâmico, principalmente na capital, bem como as atividades imobiliárias.

O setor industrial participa no PIB goiano em 27% e o agropecuário com 14%, segundo dados de 2010. Embora tenha participação inferior, o setor agropecuário é de grande importância para a economia goiana, pois dele deriva a agroindústria, uma das atividades mais pujantes do Estado, quer seja na produção de carnes, derivados de leite e de soja, molho de tomate e condimentos, e outros itens da indústria alimentícia, como também na produção sucroalcooleira.

Parte importante dos grãos produzidos destina-se à industrialização, principalmente à produção de óleos vegetais e ração animal. Segundo a ABIOVE (2013), a capacidade instalada de processamento de grãos para produção de óleos vegetais, em Goiás, saltou de 8.660 toneladas dia, em 2001, para 19.250 toneladas dia em 2008, um crescimento acumulado de 122,3% no período.

A capacidade instalada atual é de sete milhões de toneladas/ano e corresponde a quase 70% do total da produção de soja e milho do Estado, que foi de 10,1 milhões de toneladas em 2007.

A produção total de biodiesel em 2013 foi de 2.917.495 m³, alta de 7,4% em relação a 2012. No mês de encerramento do ano, dezembro de 2013, as usinas de biodiesel fabricaram ao todo 214.364 m³, um recuo de 12,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

O Estado com maior participação na produção de biodiesel em 2013 foi o Rio Grande do Sul (30,3%), seguido de Goiás (19,7%) e Mato Grosso (15,7%). Já em termos regionais, o Centro-Oeste respondeu por 41,9% da oferta total de biodiesel (1.221.456 m³), seguido pelas regiões Sul (37,5% da produção, com 1.094.048 m³) e Nordeste (9,5%, com 278.379 m³).

Essa atividade de processamento está concentrada em três regiões do Estado: uma no Sudoeste, polarizada por Rio Verde; outra no Sul, polarizada por Itumbiara; e uma terceira no Centro, tendo como polo a cidade de Goiânia.

O modelo de desenvolvimento local, liderado pela expansão dos grandes complexos agroindustriais, embute uma convergência à concentração de renda e exclusão social, que podem ser contrabalançadas com políticas de fomento a pequenos negócios agregados àqueles complexos. Nesse caso, no esforço de

articulação, os APLs de grãos, especialmente o de Itumbiara e o de Rio Verde, teriam uma importante função a cumprir.

Os privilegiados APLs em que se verifica atuação pública, em toda a Região, são o de Grãos e Aves de Rio Verde e Jataí e o de confecções de Rio Verde, no primeiro as ações estão praticamente paralisadas desde 2002.

A ausência de APLs apoiados nessas áreas explica-se pela prioridade estabelecida, tanto pelo Sebrae como pelo governo estadual, às aglomerações de pequenas empresas em regiões menos desenvolvidas.

4.4 Associação dos Fabricantes de Móveis de Rio Verde(AFAMORV) - Polo Moveleiro de Rio Verde (GO)

O surgimento do polo moveleiro em Rio Verde teve início na Universidade de Rio Verde (UniRV). Em seguida foi aprovado pela Prefeitura de Rio Verde, com o intuito de efetivar o desenvolvimento sustentável do Arranjo Produtivo Moveleiro e o empreendedorismo local, com o acesso aos avanços científicos e tecnológicos, incentivando inovações e promovendo a inclusão social com a implantação do Polo Moveleiro de Rio Verde.

A partir de julho de 2006, foram feitas inúmeras visitas aos marceneiros que pudessem se interessar pela iniciativa. Em agosto de 2006 realizou-se, no Senai, uma reunião com 35 marceneiros e o Prefeito de Rio Verde, que sugeriu a instalação do Polo Moveleiro no antigo prédio da Conab.

O Polo Moveleiro foi fundado em 13 de outubro de 2006. O foco da Associação é a criação e disseminação de produtos e serviços que venham atender o segmento moveleiro. Podem ser empresas novas, em fase de planejamento e implantação, ou empresas já constituídas que queiram desenvolver novos produtos ou serviços.

De acordo com o atual gestor, Paulo Carvalho Aguiar, o prédio continua custeado pela prefeitura de Rio Verde, e fazem parte da Associação 32 associados, mas somente 20 são atuantes, embora apenas sete contribuam ativamente. Qualquer empresa do setor moveleiro, independente do seu porte, está habilitada a participar do sindicato, que exige apenas uma contrapartida financeira mensal.

O empreendimento pretende alavancar os empreendedores que desejam iniciar suas atividades apoiando-os com infraestrutura disponibilizada pela Prefeitura em espaço privilegiado.

Após a pesquisa visando identificar o número de empresas que atuavam no segmento moveleiro, identificou-se que a cidade de Rio Verde contava com 75 marcenarias, desconsiderando empresas que comercializam produtos destinados ao segmento.

Como afirmou o atual presidente, a Associação tem o objetivo de fomentar os negócios no Município, promover a integração entre os associados, buscar incentivos do governo municipal, estadual e Instituições, e não obstante essas ações, buscar a promoção e desenvolvimento das indústrias com a parceria do Sebrae.

De acordo com o presidente da AFAMORV, o APL pode promover:

- cursos e capacitações voltados à formação de mão de obra;
- fortalecimento da governança do APL;
- aumento da arrecadação municipal;
- ampliação dos benefícios às empresas formalizadas;
- conquista de novos canais de comercialização, tanto no âmbito nacional quanto em outros países;
- apoio na criação e autossustentação de núcleos setoriais dos diversos elos da cadeia produtiva moveleira: indústrias de máquinas, matérias-primas e acessórios para a indústria moveleira;
- promoção de ações de apoio à exportação;
- apoio à produção mais limpa, para tratamento de resíduos sólidos;
- capacitação gerencial e tecnológica, por meio de cursos de gestão, *design*, entre outros;
- melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores do segmento moveleiro;
- inclusão social com atividades para terceira idade, portadores de necessidades especiais e menor aprendiz;
- acesso às novas tecnologias;
- criação de curso tecnológico em fabricação de móveis pelo CEFET de Rio Verde; e
- estímulo à valorização e preservação da identidade cultural.

O Presidente ainda cita as dificuldades em promover ações que mobilizem um número considerado de empresas: *“alguns não participam por falta de interesse por parte de alguns empresários, e outros talvez por desconhecer a importância do Arranjo”*.

A Associação tem como missão integrar a cadeia produtiva moveleira promovendo soluções para o seu desenvolvimento sustentado, disponibilizando infraestrutura, consultoria e assessoria, com qualidade, possibilitando a promoção e divulgação, a troca de informações e experiências, e ainda a capacitação de empresários e/ou seus funcionários.

A visão da Associação é ser uma estrutura de apoio e estímulo à criação de micro e pequenas empresas industriais ou de prestação de serviços que atuam com atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico e aprimoramento empresarial no segmento moveleiro.

O Polo Moveleiro conta com várias alianças estratégicas, de forma a obter o máximo de êxito em suas atividades, e com os parceiros seguintes:

- Universidade de Rio Verde (UniRV);
- Centro de Empreendedores de Rio Verde (CERVE);
- IFET - Centro Federal de Educação Tecnológica– (IFET –RV);
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- Associação Comercial e Industrial de Rio Verde, (ACIRV);
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);
- Sindicato dos Metalúrgicos, Mecânicos e Materiais Elétricos do Sudoeste Goiano (SIMESGO);
- Instituto Euvaldo Lodi (IEL);
- Serviço Nacional de Aprendizado Comercial (SENAC);
- Banco do Brasil; e
- Agência Goiás Fomento.

O Centro de Empreendedores de Rio Verde (CERVE) é um dos parceiros no empreendimento para transferência tecnológica. Trata-se de um núcleo da Universidade de Rio Verde (UniRV), e não tem personalidade jurídica própria.

Além da Prefeitura e da UniRV, a AFAMORV busca aliar-se à iniciativa privada, investidores de capital de risco, governo estadual e federal e organizações que fomentam a ciência e a tecnologia, como a CNPQ e a FINEP.

No aspecto financeiro, a Associação busca parcerias com fomentadores de capital, de modo a facilitar, inclusive, a captação de recursos financeiros com as empresas incubadas.

O Polo Moveleiro foi validado pela governança, e a implantação contou com o compromisso dos parceiros visando à sustentabilidade e continuidade do empreendimento.

A execução do projeto coube ao grupo de trabalho interinstitucional da Secretaria de Indústria e Comércio da Prefeitura, em parceria com o Centro de Empreendedores (CERVE) da UniRV.

O apelo do Presidente e associados atualmente refere-se à falta de apoio financeiro por parte do Estado e do Município. O prédio cedido pela Prefeitura tem um espaço onde acontecem os cursos gratuitos aos interessados e outro para que os associados possam expor seus produtos de forma gratuita. Ainda de acordo com o Presidente, os cursos serão retomados no segundo semestre de 2014.

Com objetivo de efetivar o desenvolvimento sustentável, a Associação e o empreendedorismo local incentivam o acesso aos avanços científicos e tecnológicos, inovações, procurando promover inclusão social por meio da implantação do Polo Moveleiro de Rio Verde.

A visão panorâmica para indicar como está a evolução do APL foi possibilitada pela identificação e análise das variáveis e fatores de sucesso. O Quadro 4, a seguir, traz o resumo elaborado para o Polo Moveleiro no que tange à estratégia de sua criação.

4.5 Discussão dos Resultados da Pesquisa

A presente seção dedica-se à análise dos dados primários da pesquisa, coletados por meio de entrevistas semiestruturadas aplicadas ao presidente da Associação e aos empresários do setor moveleiro participantes do APL de móveis da cidade de Rio Verde (GO).

A partir das análises de um conjunto de variáveis, como: tipos de agente; proximidade espacial; cooperação; vínculos de articulações e aprendizagem, foi possível verificar como se desenvolve o APL das marcenarias da cidade de Rio Verde (GO).

Objetivo Geral	Objetivo Específico	Metas	Resultados Esperados
Efetivar o desenvolvimento sustentável do Arranjo Produtivo Moveleiro e o empreendedorismo local, por intermédio do acesso aos avanços científicos e tecnológicos, incentivando inovações e promovendo a inclusão social por meio da implantação do Pólo Moveleiro de Rio Verde	Fortalecer a cultura associativista e cooperativista entre empresas do segmento, instituições de ensino e governança local, por meio da integração dada a estrutura	Criação da AFAMORV - Associação dos Fabricantes de Móveis de Rio Verde	01 Associação em funcionamento desde 2006.
	Estimular de forma contínua a difusão de tecnologias a partir das políticas públicas de inclusão social, por meio da metodologia de APLs.	Realização de oficinas sócio-educativas voltadas à dos problemas identificados na região que afetam o arranjo.	06 Oficinas realizadas por ano
	Aumentar a competitividade das empresas agregando valor aos produtos, por meio de inovações no processo, produtos e gestão;	Lançamento anual de espaços acompanhando tendências mundiais de design;	Criação de moveis planejados (cozinhas, quartos, banheiros, escritórios, salas, salas de jantar, etc)
	Estimular cultura de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) a partir das atividades desenvolvidas no âmbito do Centro;	Lançamento de pelo menos 01 produto ou processo inovativo, fruto de pesquisas realizadas no Centro de Treinamento e ecnologias Sociais a cada ano de funcionamento;	01 Produto ou processo inovativo lançado por ano;
		Promoção de turmas anuais de cursos de capacitação em gestão empresarial para marceneiros	02 turmas com 15 alunos cada, capacitadas em gestão empresarial por ano.
		Divulgar os trabalhos realizados no Pólo Moveleiro	Lançamento de Site e informativo na Internet e de 1000 exemplares de informativos distribuídos por mês.
	Apoiar por meio da incubadoras de empresas ações de apoio em parceria com Sebrae, SECTEC, FAPEG e demais instituições;	Atendimento de no mínimo 02 empresas pela incubadora no período de no máximo 02 anos a contar do início das atividades.	01 empresa incubada a cada ano
	Promover a difusão tecnológica por intermédio do fortalecimento de redes de conhecimento por segmentos e áreas junto às instituições parceiras;	Atendimento de, no mínimo, 35 empresas por ano no Show Room	35 empresas atendidas por ano.
	Atender demandas tecnológicas provenientes de instituições, indústrias, comércio e serviço com as características multidisciplinares do Centro;	Formação de 30 técnicos em Fabricação de Móveis por ano a contar da data de conclusão da primeira turma no Curso no CEFET - RV	30 técnicos formados por ano
		Capacitação de 10 profissionais de produção no período de 01 ano a partir do início das atividades do Centro de Treinamento e Tecnologias Permanente	10 profissionais de produção
Implantação do programa completo de saúde e segurança no trabalho em pelo menos 10% das marcenarias		10% das empresas com programas de saúde segurança no trabalho implantado em 02 anos.	

Quadro 4 – Resumo do planejamento estratégico para o Polo Moveleiro de Rio Verde

Fonte: CERVE (2004)

4.5.1 Tipos de Agentes

Os tipos de agentes, demonstradas na Figura 3 caracterizam o AOL e são determinantes no fator de enquadramento, como aglomeração de modelo tradicional de crescimento, quando formadas por micro e pequenas empresas.

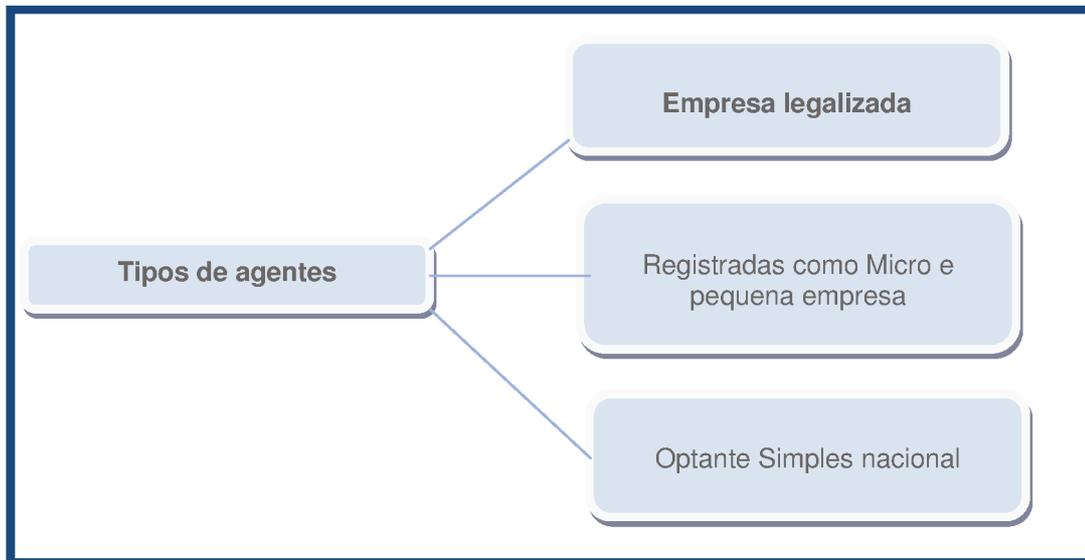


Figura 3 -Categoria tipos de agente

4.5.2 Entrevista com o Presidente da Associação dos Fabricantes de Móveis de Rio Verde (AFAMORV)

1. Qual a necessidade da implantação da AFAMORV?

Surgiu com necessidade dos marceneiros se reuniram para buscar um espaço no mercado, promover a integração entre os marceneiros, e buscar incentivos através de políticas públicas e instituições para o crescimento desses pequenos empresários.

2. Qual o ano de fundação da AFAMORV?

Foi fundada em 2006.

3. Quantos associados atualmente existem?

Eu sei que no ano que fundou havia 35, mais hoje são 20 associados e apenas sete contribuem ativamente.

4. Tem sede própria?

Sim, hoje nossa sede é um prédio que a Prefeitura disponibilizou para a Associação.

5. Como é composta a diretoria e como são feitas as eleições?

É composta pelo presidente, vice-presidente, tesoureiro e dois secretários, as eleições são feitas a cada quatro anos. Eu assumi este ano.

6. Quais as ações da entidade?

Temos um plano de reforma do prédio da associação, pensando na melhoria física do prédio, também temos que melhorar a escala de cursos, antes tínhamos apenas dois turnos, estamos querendo ampliar esses cursos de marcenaria que antes eram para iniciantes e um terceiro curso avançado para aqueles que querem aperfeiçoar os conhecimentos, retomar os contatos com os marceneiros que não fazem parte da associação e trazê-los de volta, infiltrar na prefeitura e contatos com outras instituições buscando parcerias para melhorar as condições do Arranjo.

7. Quais as dificuldades encontradas pela AFAMORV?

A falta de apoio da Prefeitura é o principal, hoje a Prefeitura colabora apenas com a sede, ou seja, não cobra aluguel do prédio. Outro desafio é resgatar e até mesmo angariar associados para compor o Arranjo, tentar mostrar as vantagens da participação efetiva, despertar o interesse da classe.

8. Qual o principal motivo pela desistência do associado?

Talvez pela falta de informação, não tem conhecimento do que é a associação, os que participam querem levar vantagens e não se envolver em trabalho, é preciso mudar esse pensamento.

9. A Associação recebe algum incentivo? Qual?

Incentivo não, como eu disse a Prefeitura só isenta o aluguel do prédio, atualmente temos tentado trocar o telhado e estamos encontrando muita resistência, nem a própria Prefeitura acredita que se somarmos forças poderemos fazer diferença no desenvolvimento, existe muito interesse político envolvido.

10. Quais os parceiros da Associação?

Parceiros que podemos contar é o SENAC, que tem curso de Design de Interiores; o SENAI, que assim como nós promove os cursos de marcenaria gratuitos para qualquer pessoa que queira fazer; o SEBRAE, que entende que o arranjo produtivo é de interesse e soma força para o Município; e o Banco do Brasil, que precisamos nos unir mais, para poder pedir linhas de crédito para nossos interesses.

4.5.3 Entrevista com os Participantes do APL Moveleiro

As questões seguintes influenciam indiretamente para traçar o perfil dos atores dentro do variável tipo de agentes e identificar como se comportam no Arranjo. Conforme explicado na seção 3.1, os participantes são designados por números para manter o sigilo quanto à identificação.

1. A empresa possui algum tipo de registro oficial? Está Legalizada? Explique sua opção.

2. Se sim, como ela foi registrada: microempresa, empresa de pequeno porte ou empresa. Explique sua opção.

3. O tipo de tributação da empresa é: Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro real? Explique sua opção.

4. Há quanto tempo a empresa atua no mercado?

5. Evolução do número de funcionários.

6. Qual o regime de trabalho?

7. Evolução do faturamento anual.

- Os marceneiros que não estão legalizados assim responderam:

Eu trabalho sozinho, não tenho funcionários e o lucro é pequeno para ter que pagar impostos(M1).

Estou irregular, mais o Simples é a melhor opção pra nós que somos pequenos ainda (M2).

Os marceneiros que são optantes pelo Simples afirmam:

Ser optante pelo simples alivia a quantidade de imposto(M3).

Se não tivesse o simples, muitos já teriam quebrado com a quantidade de imposto (M4).

Começar um negócio hoje e não optar pelo Simples, já começa errado, pela quantidade de tributos que tem que pagar (M5).

Das 15 empresas questionadas, três não são formalizadas, e 12 optaram pelo Simples Nacional.

- Quando perguntado sobre o crescimento anual os respondentes afirmaram:

A cada ano vejo que aumento minha produção (M8).

Não sei ao certo porque não controlo no papel, mais sei que chega até 10% o crescimento(M7).

Esse ano não está tão bom quanto o ano que passou, mas as vendas não estão ruins(M6).

Apesar de não estar tão bom como eu queria, mais esse ano já melhorou bem, acho que uns 5%, nos outros anos foi melhor(M9).

As 15 empresas reconhecem a importância do regime de tributação na opção do Simples Nacional, inclusive as que estão na informalidade. As que estão em situação regular são constituídas como sociedade limitada e o tipo de tributação está previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Trata-se do Simples Nacional, um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicáveis às microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Apesar de essas empresas acrescentarem algum valor aos produtos e ocuparem posições importantes no mercado são desprovidas de estratégias sustentáveis de crescimento.

A somatória das características que definem as empresas em micro e pequenas empresas tem nessa aglutinação vantagens passivas, para formação do APL, não se seria possível em empresas isoladas.

Essas características apontam para fins de comparação com outros Arranjos Produtivos do Brasil, a importância para o Município, por sua capacidade de produção, renda e a geração de emprego, e a possibilidade de formação de elos na cadeia produtiva.

Percebe-se que as empresas entrevistadas conseguem influenciar a Região, pois são competitivas. Sua produção vem gerando aumento de renda e emprego. As empresas conseguem perceber o crescimento anual do faturamento, mesmo aquelas de menor potencial. Nenhuma se queixou do contrário, o que reforça as potencialidades locais como molas propulsoras no desenvolvimento local.

Esse crescimento é validado quando 12 das 15 empresas questionadas em relação à evolução do número de funcionários responderam que houve um aumento desde o início das atividades. As três empresas que não têm funcionários contratam prestadores autônomos quando surge uma encomenda maior do que a de costume.

O questionário é um facilitador para compreender se o tipo de agente tem características que o identifique com o APL, observando os padrões comportamentais no conjunto de atores envolvidos, característica que foi validada nessa variável, de acordo com Vargas (2002).

As empresas participantes deste estudo tem características de aglomerados nessa variável, uma vez que são micro ou pequenas empresas, formato necessário para a formação do Arranjo Produtivo Local.

4.5.4 Proximidade Espacial do Arranjo Produtivo Local

A proximidade espacial determina a vantagem para empresas envolvidas no processo das MPMEs engajadas na produção de bens similares, promovendo a cooperação, fator determinante na característica para compor o APL. Conforme ilustrado na Figura 4.



Figura 4 -Categoria proximidade espacial do Arranjo Produtivo Local

Acerca da proximidade espacial, as questões aplicadas aos marceneiros foram as seguintes, seguidas pelas respectivas respostas:

- De onde é proveniente a matéria-prima? Qual a destinação dos resíduos da produção? Existe algum tipo de tratamento? Onde ocorre a comercialização dos produtos? Qual mecanismo na formação do preço?

A concentração de empresas do mesmo ramo é bom, porque sempre estamos conversando e vendo como está o mercado (M9)

Se não está bom pra mim, fico vendo como está o movimento da empresa concorrente (M10).

Se preciso de uma ferramenta, meu colega da empresa do lado me empresta (M11).

A dificuldade maior está no descarte dos resíduos, nenhum carreteiro que vir buscar e levar para o aterro sanitário porque fica na outra extremidade(M12).

Em Rio Verde só a Madefer oferece quantidade de material diferenciado, mas o preço não compensa quando preciso de grande quantidade, e por isso peço de fora da cidade (M13).

Não consigo preço melhor por causa do frete, daí meu preço fica alto para concorrer com as empresas de móveis planejados(M4).

Em Rio Verde, a aglomeração de indústrias moveleira composta por micro e pequenas empresas demonstram interesse na intergeração dos atores, já que são capazes de influenciar uma região, pois as empresas participantes tornam-se competitivas, somando sua produção, gerando emprego e renda. Logo, outros setores serão favorecidos.

Por estarem aglomeradas, as indústrias de móveis de Rio Verde agregam na soma da produção, dentro de um espaço ordenado e com infraestrutura, o que demonstra um sistema contínuo de aprendizado organizacional e tecnológico.

Essa proximidade espacial de predominância de micro, e pequenas empresas determinam a variável que caracteriza o APL formado pelos marceneiros.

As empresas entrevistadas estão situadas no mesmo espaço geográfico, outra variável essencial que caracteriza o APL, reforçando a existência na eficiência e na flexibilidade que são raramente atingidas por empresas pequenas dispersas.

Localizadas no Distrito Industrial das Micro e Pequenas Empresas de Rio Verde (DIMPE), a proximidade geográfica é origem comum dos APLs, e tende a estimular o estabelecimento de laços sociais entre os agentes (BRITTO;ALBUQUERQUE, 2001).

Quanto á origem da matéria-prima, os marceneiros têm dificuldades em encontrar acessórios, como puxadores e ferragens, e há um número restrito de lojas especializadas nesse material. Por isso, a matéria-prima utilizada na produção é proveniente de outro estado.

Das empresas pesquisadas, cinco adquirem a matéria-prima em Goiânia; cinco adquirem não apenas em Goiânia, mas também em Uberlândia, Minas Gerais; três empresas adquirem na própria cidade de Rio Verde; uma empresa adquire a matéria-prima no Estado de São Paulo; e uma na cidade de Jataí.

Todas as questões dirigidas aos marceneiros reforçam que os laços de proximidade corroboram para tomadas de decisão, desde a compra da matéria-prima até a formação do preço para o consumidor, o que é um facilitador para que o Arranjo fortaleça.

A falta de conhecimento ou de interesse por parte dos marceneiros, fica clara a ausência de algumas vantagens competitivas, sendo a articulação dos atores e a atual gestão poderão se unir para reduzir os gastos, criando departamentos que centralizem as compras, pois os fornecedores estão em outras regiões, como Goiânia, Uberlândia e São Paulo.. A proximidade é fator primordial, e funciona entre os agentes como fator de indução de articulação e interação, reduzindo custos.

4.5.5 Cooperação

A variável cooperação constituída por meio de estratégias e alianças que se formam entre empresas para tirar vantagens oferecidas pela proximidade espacial, minimizando as concorrências, local e externa conforme ilustrada na Figura 5.

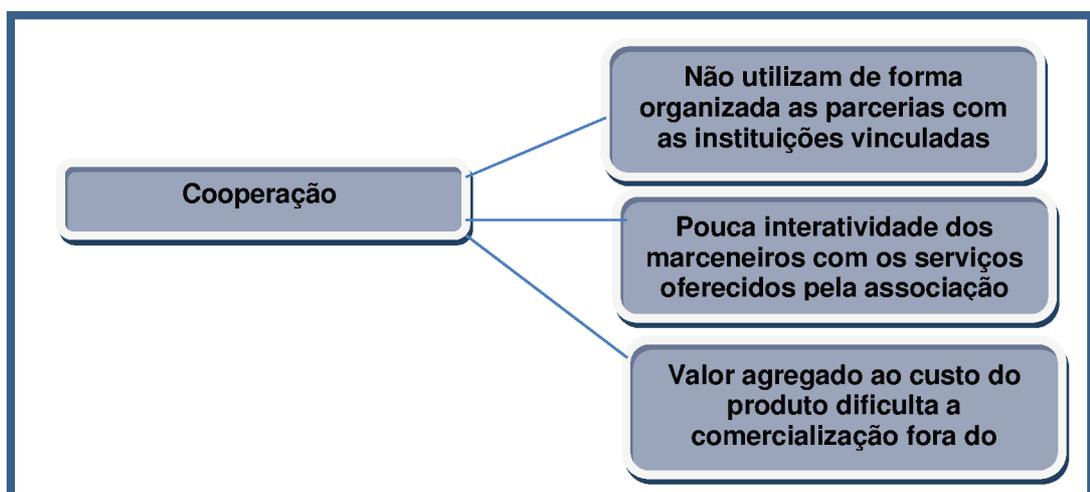


Figura 5 - Categoria cooperação

As questões seguintes, aplicadas aos colaboradores responsáveis pelas marcenarias, referem-se à Cooperação, e obtiveram as respostas a seguir.

- A Empresa pratica ou apoia algum tipo de atividade social? Explique.
- A Empresa já esteve envolvida em atividades cooperativas com outras empresas, como, por exemplo, a compra de matéria-prima em conjunto ou utilização de mesmos maquinários para produção? Justifique.

O polo moveleiro não está mais como antigamente, o presidente fazia muita coisa pra juntar as marcenarias, hoje não temos mais tanto contato(M2).

Eu gostava dos cursos e palestras que sempre participava lá na Associação, mais nesse último ano, não teve nada(M7).

Fui para feira de Gramado várias vezes sem pagar nada, mas esse ano que passou a Associação não organizou(M15).

Espero que essa nova gestão traga união para as empresas(M5).

Falta força de vontade da Associação, agora que mudou, espero que melhore(M14).

Não tenho interesse em participar, só sobra trabalho pra gente (M10).

Se fôssemos mais unidos, talvez a gente tinha condição de vender mais, porque hoje a gente tem os colegas como concorrente(M11).

- A tecnologia (instrumento de trabalho) que a Empresa utiliza é considerada atualizada? Justifique.

Para mim, meu maquinário atende, mas sei que existem máquinas mais modernas(M5).

Sei que estou usando maquinário de ponta, mas também sempre tem novidade no mercado(M2).

Não tenho condições de comprar agora, mas pretendo usar recursos do banco para investir na minha marcenaria(M7).

É sempre latente que haja interação entre os agentes do sistema, resultante das combinações de ações intencionais. Percebe-se que existe a intenção do cooperativismo, são percebidas formas de interação entre os atores do Arranjo para a realização de ações que buscam um objetivo comum, relacionado ao desenvolvimento sustentável.

A cooperação não se restringe apenas às unidades produtivas, mas também entre estas e outras instituições presentes no Arranjo, tais como associações

de classe, associações comerciais, redes de empresas, instituições de ensino e pesquisa. Além da cooperação entre instituições que atuam localmente.

No que se refere à tecnologia utilizada, o questionamento feito aos empresários é se avaliam que essa tecnologia está atualizada, se utilizam tecnologia de ponta. Um total de 73% considera que as máquinas e equipamentos utilizados na produção são atuais, e 27% não consideram a tecnologia utilizada atualizada. Trata-se de uma tecnologia aquém do mercado.

Deve-se ressaltar que essa percepção dos empresários é baseada no conhecimento das tecnologias existentes no mercado, considera-se o conhecimento que eles têm sobre as novas tecnologias.

Com a tecnologia utilizada, e a quantidade de maquinário e mão de obra disponível, foi questionada, aos empresários, a capacidade produtiva da empresa em termos de faturamento, referente à quantidade de peças produzidas por mês, multiplicada pelo preço de venda.

A capacidade produtiva frente ao cooperativismo das empresas demonstra pouca interatividade. O polo moveleiro dispõe de maquinários de ponta para uso coletivo dos marceneiros, mas ainda falta interesse em utilizá-los.

Conforme ressaltou o Presidente da Associação, falta conhecimento, falta entender as vantagens da cooperação. Daí a necessidade de formar grupos de agentes organizados, explícitos ou implícitos ao APL, para objetivar a harmonia e a cooperação dentro de um ambiente competitivo e entre várias classes de poder.

Os APLs são mais promissores a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores, e a falta desse fator não invalida os associados de não pertencerem ao arranjo; a organização da gestão em trabalhar para unir a classe é fator primordial para que essa variável venha a ser fortalecida.

Como afirma Cassiolato; Lastres (2005), com a cooperação espontânea, os agentes esperam que os outros se comportem confiável e honestamente, e os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança age como lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com mais eficiência.

Os arranjos desenvolvidos, os Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, são arranjos produtivos em que a interdependência, a articulação, e os vínculos consistentes derivam em influência mútua, cooperação e aprendizagem; isso permite

as inovações de produtos, processo e formatos organizacionais com maior competitividade, além de ter uma estrutura produtiva complexa e ampla.

A cooperação é uma característica primordial à presença de pequenas ou médias empresas concentradas espacialmente em alguns dos elos de uma cadeia produtiva.

4.5.6 Articulações entre organizações e aprendizagem

A formalização da articulação nasceu, como já mencionado anteriormente, com o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL), no ano de 2004, com o objetivo de constituir, promover, organizar e solidificar a política estadual de inovação tecnológica local, pela constituição e fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais, conforme ilustrado nas Figuras 6 e 7.

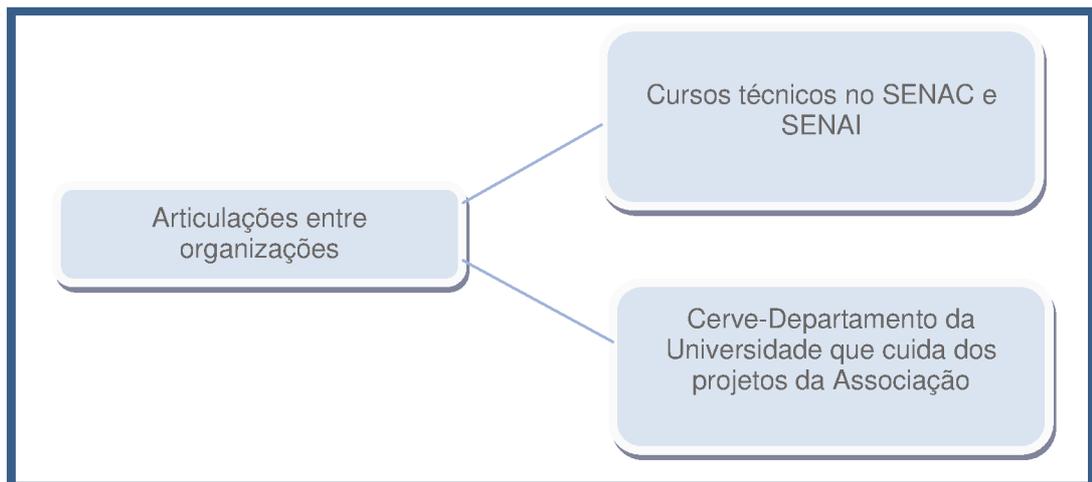


Figura 6 - Categoria articulações entre organizações

Em relação às questões referentes à Articulação e Aprendizagem perguntou-se:

- Há um programa de capacitação dos funcionários? Justifique.

Tenho conhecimento, mas falta interesse dos funcionários em participar (M3).

A participação do SENAC poderia ser melhor encaixada nas nossas necessidades para desenvolver produtos(M14).

Existe sim a participação da universidade, o que falta é interesse da Associação (M4).

Nós estamos órfãos de um bom presidente (M1).

Não invisto, porque ele vai sair daqui da empresa e vai montar uma marcenaria pra ele (M7).

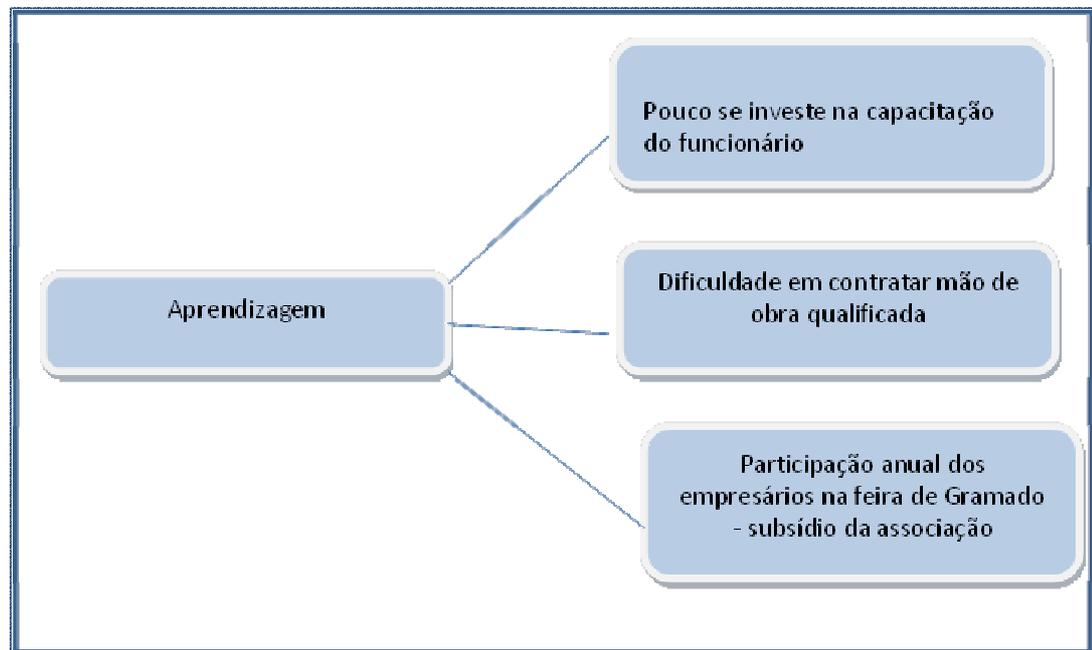


Figura 7 - Categoria de aprendizagem

Acredito que precisa estar sempre aprendendo mais, porém não temos aqui na cidade cursos de aperfeiçoamento (M15).

Os cursos oferecidos pelo SENAI são para iniciantes (M3).

Ir à feira de Gramado foi um passo importante que Associação deu (M10).

Só é convidado para palestras as grandes marcenarias (M12).

No que tange à aprendizagem, percebe-se a que ainda falta a participação e o entendimento por parte dos próprios marceneiros, pois o resultado da pesquisa apontou que das 15 empresas 14 nunca ofereceram cursos aos funcionários e apenas uma contribuiu para a aprendizagem dos funcionários.

Existem as instituições filiadas ao aprendizado, porém as empresas não têm olhado como uma vantagem e sim como concorrência, o que deixa visível a falta de conscientização da Associação em incentivar o uso dos recursos às instituições parceiras.

As articulações vêm sendo alvo da Associação dos fabricantes de móveis de Rio Verde, que vem trabalhando no crescimento para promover os vínculos diretamente com instituições, e também angariar novos associados, e assim fortalecer perante as instituições de crédito, aproximando o interesse dos empresários.

A pesquisa de campo detectou que existe uma baixa articulação institucional, elementares vínculos de confiança, e baixo grau de envolvimento com a aprendizagem.

O que se percebe é a resistência em acreditar na capacidade de crescimento que poderá ocorrer no estreitamento entre essas unidades de marceneiros, instituições, e apoio das políticas públicas.

O Centro Empresarial de Rio Verde (CERVE), canal que está vinculado à Universidade de Rio Verde(UniRV), trabalha nessa promoção e orienta de forma concisa o Gestor da Associação em disseminar as vantagens dessa união.

Também os cursos que o SENAI promove na formação de marceneiros para a comunidade têm atraído várias pessoas para o ramo de atividade e esse vínculo auxilia na busca pela mão de obra qualificada, objetivo do APL.

A cultura da Região dificulta a promoção e mobiliza um número considerado de empresas. A falta de conhecimento e o grau de desinteresse são fatores considerados pelo gestor.

O grau de enraizamento são os vínculos de articulações e diz respeito geralmente às articulações e ao envolvimento dos diferentes atores dos APLs com as capacitações e os recursos humanos naturais, técnico-científicos, empresariais e financeiros, assim como com outras organizações e com o mercado consumidor local.

Elementos determinantes do grau de enraizamento incluem: o nível de agregação de valor, a origem e o controle (local, nacional e estrangeiro) das organizações e o destino da produção, tecnologia e demais insumos.

As práticas sociais envolvem trabalhos voluntários, doações e prática considerada social. Das empresas entrevistadas, 13 responderam que não desenvolvem nenhum tipo de prática social e duas afirmaram promover de forma esporádica alguma atividade social.

Embora atualmente não haja consciência desse fato, a contratação de pessoas com escassa experiência e promoção da capacitação desse colaborador na própria empresa se configura como uma prática social, haja vista que levará um tempo para a empresa ter um retorno do trabalho desse agente.

Os atores locais, formados por empresários individuais; sindicatos; associações; entidades de capacitação, de educação, de crédito, de tecnologia; agências de desenvolvimento, entre outros, podem mobilizar-se e, de forma

coordenada, identificar suas demandas coletivas, por iniciativa própria ou por indução de entidades envolvidas com o segmento.

Cassiolato e Szapiro (2004) afirmam que deve-se buscar estabelecer conexões entre as empresas e as instituições, fator primordial entre os agentes. Percebe-se pela pesquisa que Rio Verde tem toda a situação favorável, o que falta é a conexão citada, deixar de ser unilateral, e passar a ser interesse de ambas partes. Para isso, o presidente tem a responsabilidade e o conhecimento desse desafio.

A articulação e o estreitamento das políticas públicas dependem mais dos interesses dos marceneiros do local, o que é fundamental para o sucesso do APL. Com a falta de interesse por parte dos atores do setor moveleiro tornam-se frágeis essas articulações institucionais, incipientes vínculos de confiança, diminuindo o grau de cooperação entre os agentes pertencentes ao APL.

No APL setor moveleiro, entretanto, há parcerias com instituições e universidades, mas as empresas desse Arranjo não têm parcerias com entidades de ensino e pesquisas externas.

Embora o município de Rio Verde conte com representações específicas para o setor de APL, tais como o Serviço Nacional da Indústria (SENAI), Serviço Nacional do Comércio (SENAC) e Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), as indústrias moveleiras não utilizam os serviços do Senai e nem do Senac de forma organizada e em conjunto. Percebe-se que são poucas as representações que apoiam o Arranjo.

A UniRV, responsável pela criação do projeto do Polo Moveleiro dá total suporte no intuito de angariar fundos para projetos na obtenção de maquinários e promoção para implantação de sistemas de controle para os empresários, o que ocorre é a falta de interesse coletivo em buscar esses recursos.

Com o intuito de obtenção de informações e para a formação de mão de obra há uma organização entre as empresas e a Associação, tanto entre elas como entre elas e o Senail, o que pode contribuir para o aumento da competitividade das empresas locais e criar significativas vantagens para o setor produtivo local.

Com o SEBRAE há um projeto de parceria, e suas ações podem ser resumidas em ofertas de cursos, incentivo à participação de feiras e eventos do ramo, visitas técnicas e consultorias coletivas.

No APL de Rio Verde as marcenarias ainda se consideram concorrentes e demonstram pouca interatividade na busca de novos modelos para o seu desenvolvimento.

São tímidas as ações coletivas no Arranjo Produtivo de Rio Verde. Não ações conjuntas baseadas na confiança entre os agentes e há pouca interatividade na busca de novos modelos de aprendizagem e conhecimento para o seu desenvolvimento. Observa-se que depende necessariamente da proximidade institucional entre quem possui o conhecimento e quem deseja adquiri-lo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa de campo buscou-se observar aspectos que juntamente com a teoria, corroboram com a ideia inicial de que o APL de Rio Verde pode ser considerado como em formação.

A análise feita sobre o Arranjo Produtivo Local das indústrias de móveis do município de Rio Verde, no Estado de Goiás, por meio de entrevista e questionários, reforça a importância de um aglomerado do ponto de vista regional, gerando o desenvolvimento endógeno, com a ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção e capacidade de absorção da Região.

A consolidação de um APL reflete-se como um importante instrumento na geração da viabilidade econômica com foco no desenvolvimento regional, atraindo a igualdade social, integração do espaço econômico regional, e capacidade de governança entre os agentes locais.

Alcançar o objetivo proposto da pesquisa, de levantar e analisar a condição do Arranjo Produtivo Local do setor moveleiro de Rio Verde (GO), observando as principais variáveis que compete ao APL, foi alcançado a partir de entrevista e questionário se com a observação da atuação dos agentes envolvidos, interpretando-a por meio da análise de conteúdo, e destacando os aspectos fundamentais das empresas.

A Associação de Fabricantes de Móveis de Rio Verde (AFAMORV), que organiza e representa a união dos empresários do setor moveleiro, está em processo de transição da posse da presidência, o que dificultou a coleta de dados inerentes à pesquisa, por falta de organização por parte da gestão.

Com os objetivos de fomentar os negócios no Município e promover a integração entre os associados, o APL busca incentivos do governo municipal, estadual e instituições e, não obstante essas ações, busca a promoção e desenvolvimento das indústrias com a parceria das instituições públicas, o que ocorre de forma tímida.

A associação tem grande capacidade de obter recursos próprios para sua manutenção, desde que estabeleça forças com os associados.

O Município de Rio Verde possui grandes marcenarias, porém não há dados oficiais que comprovem essa realidade, pois algumas empresas não estão formalizadas e deixam de participar dos incentivos gerados pelo APL.

A média das empresas resistentes ao tempo de vida está entre seis a 20 anos, o que permitiu avaliar a estabilidade do negócio, embora a mão de obra esteja cada vez mais escassa. A maioria herdou a profissão da família.

O polo moveleiro atualmente não recebe nenhum tipo de apoio financeiro por parte do Estado e do Município. O prédio cedido pela Prefeitura tem dois espaços, um onde acontecem os cursos gratuitos aos interessados e outro para que os associados possam expor seus produtos de forma gratuita.

A Associação tem maquinário de ponta para ministrar os cursos gratuitos e está à disposição para utilização pelos marceneiros, provando com isso o cooperativismo, a integração, embora de forma tímida.

Os cursos podem ser uma alavanca propulsora para atrair novos talentos para inserção no mercado, aumentando tanto mão de obra para as empresas já existente, como novas empresas que podem já nascer filiadas á associação.

Verificou-se também, quanto à forma de tributação, enquadramento da empresa, tempo de atuação no mercado, número de colaboradores e origem da matéria-prima, uma interação entre empresas, uma colaboração de alguma forma, com compartilhamento de informações, e se contribuem para com a sociedade com ações sociais.

Como outro fator indispensável para o crescimento de uma empresa é a capacidade de produção, procurou-se verificar se há capacidade ociosa ou não, e a ansiedade dos gestores com relação à atualização do conhecimento por meio de cursos e capacitação de seus colaboradores, além da preocupação dos empresários com relação à preservação ambiental.

Foi possível notar que há interesse em atividades de cooperação pela participação notória da Universidade UniRv e SENAI, embora algumas empresas precisem ser mobilizadas por ações que sinalizam essa importância.

A busca de estagiário facilitaria as negociações entre clientes e empresas, uma vez, que esses estagiários tem total capacidade de desenvolver projetos simples em *software* específicos de demonstração.

Isso aponta que os associados entendem que há várias vantagens em participar da Associação, como forma de expansão econômica, geração de empregos, e capacitação profissional, mesmo que o colaborador não tenha formação técnica, além de incentivo às empresas de pequeno porte e sua formalização.

Existe também a expectativa de que o Banco do Brasil e a atual gestão traga benefícios esperados, como parcerias para apoio financeiro e inovação de tecnologias; diminuição dos custos de mercadorias, e a possibilidade de uma cadeia produtiva voltada para o APL. Essas ações servirão de mola propulsora no desenvolvimento regional e estreitamento de cooperação entre firmas.

A partir deste estudo conclui-se que a valorização da mão de obra deixa a desejar no sentido de oferecer treinamentos e cursos aos funcionários. Embora a Associação ofereça gratuitamente.

É preciso incentivar a regularização dos pequenos marceneiros, para que o incentivo das instituições financeiras chegue até eles e possibilite a compra de maquinários, capital de giro, e taxas mais competitivas.

Seriam necessários, também, encontros, palestras técnicas e motivacionais para que se entenda a importância do APL, e assim as empresas se tornem parceiras de fato.

O ideal seria implantar uma agência bancária dentro do polo moveleiro, para que os empresários tenham uma linha direta com a Instituição, já que espaço permite essa locação.

Como sugestão, seria importante criar um boletim informativo mensal dos indicadores nacionais, para que os empresários possam tomar conhecimento e ter um direcionamento nos custos, já que eles se baseiam apenas no custo do produto.

Sugere-se, também, a criação de um banco de ofertas de emprego para estagiários, conveniado com o SENAC e a UniRV, instituições que oferecem curso de *design* de Interiores, assim os alunos teriam a oportunidade de aprender e, ao mesmo tempo, os empresários poderiam oferecer aos clientes o projeto 3D como forma de venda por amostragem.

Poderia ser promovida uma oficina de artesanato para pessoas carentes aproveitando os resíduos que sobram, ou compor uma pequena comissão que ficasse responsável por distribuir, de maneira funcional, esse resíduo para venda, formando um fundo com o dinheiro arrecadado, ou mesmo a doação direta.

Atualmente, esse resíduo é queimado ou descartado no aterro sanitário. A criação de um departamento de compra coletiva, também é viável, assim os custos seriam reduzidos, desde a matéria-prima até o frete.

Conclui-se, com esta pesquisa, que foi possível analisar o atual Arranjo Produtivo Local das indústrias de móveis do município de Rio Verde, no Estado de Goiás. Confirma-se, pelos documentos, que esse Arranjo se caracteriza como um Arranjo Produtivo em desenvolvimento.

A atual gestão da Associação passa por algumas dificuldades para alavancar a credibilidade do APL. As dificuldades são provenientes de algumas lacunas deixadas pela gestão passada, pelo pouco tempo de gestão, e pela falta de conhecimento dos empresários do real significado do APL.

Com este primeiro estudo, referente à atual condição do APL no município de Rio Verde, é esperado a união da categoria em benefício do desenvolvimento local, conseqüentemente, regional e nacional. Sugere-se então, para futuros estudos, assuntos pautados sobre arranjos produtivos locais, agregando com a sustentabilidade e inovação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO MOBILIÁRIO (ABIMÓVEL). **Panorama do setor moveleiro no Brasil**. Disponível em: <<http://www.abimovel.com>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS (ABIOVE). **Análise mensal do mercado de biodiesel**. 13 ed. Fev./ 2014. Disponível em: <http://www.abiove.org.br/site/_FILES/Portugues/26022014-144403-2014.02_-_analise_abiove_do_mercado_de_biodiesel.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

ALBAGLI, S., BRITTO, J. **Glossário de arranjos produtivos locais**. REDESIT - Rio de Janeiro, Instituto de Economia da URFJ, 2003. Disponível: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1289323549.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2013.

ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987

BARBOSA, K. E; DINIZ, J. E; SANTOS, G. A. G. **Aglomerações, arranjos produtivos e vantagens competitivas locais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras, distritos e redes**: os novos paradigmas da geografia econômica. Portugal: CELTA Editora LDA, 1994.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL (BNDES). **Arquivo empresas**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Mapeamento_GO.pdf>. Acesso em 30 maio 2014.

_____. **Termo de referência**: análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Brasil. Rio de Janeiro: BNDES, mar./2008.

BACATTINI, Giacomo. O Distrito Marshalliano: **uma noção socioeconômica**. In: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (Orgs.). **As regiões ganhadoras. Distritos e Redes**: os novos paradigmas da geografia econômica. Portugal: CELTA Editora LDA, 1994.

BORGES, B. G. **O despertar dos dormentes**: estudo sobre a Estrada de Ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais entre 1909-1922. Goiânia: Cegraf. 1990.

BOTELHO, M. R.; MENDONÇA, M. **As políticas de apoio à geração e difusão de tecnologias para as pequenas e médias empresas no Brasil.** 2002. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/10709/LCL1757P.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Secretaria de Tecnologia Industrial. Programa Brasileiro de Prospectiva Tecnológica Industrial. Technology Foresight for Latin America. **Prospectiva tecnológica da cadeia produtiva de madeira e móveis.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas - Divisão de Produtos Florestais, abr./2002.

BRITTO, J.; ALBUQUERQUE, E.M. **Estrutura e dinamismo declusters industriais na economia brasileira:** uma análise a partir de dados da Rais. *In:* TIRONI, F. Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais. Brasília:IPEA, 2001.

CAMPOS, O. **Rio Verde histórico.** São Paulo: Gráfica e Editora Edigraf S.A., 1971.

CAMPOS, R. R.; NICOLAU, J. A. **Questionário e procedimentos para os trabalhos de campo da pesquisa micro e pequenas empresas em arranjos produtivos locais.** Florianópolis: UFSC, Nota Técnica Metodológica II, 2003.

CARDOSO, T.; RIBEIRO, J. C. **Economia para o homem e desenvolvimento regional:** contribuição para uma política regional alternativa. *In:*BECKER, D. F.; BANDEIRA, P.S. (Org). Propostas regionais aos desafios globais. vol. 2. Florianópolis:Udunisc, 2002.

CASTRO, L. H. **Arranjo produtivo local.** Brasília: SEBRAE, 2009.

CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. **Globalização e inovação localizada:** experiências de sistemas locais do MERCOSUL. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. **Sistemas de inovação e desenvolvimento:** as implicações de política. São Paulo: Perspectiva, v. 19, n.1, 2005.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; STALLIVIERI, F. **Introdução:**políticas estaduais e mobilização de atores políticos em arranjos produtivos e inovativos locais. *In:* CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M.M.; STALLIVIERI, F. (Org.) Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento. São Paulo: E-Papers. vol. 2, 2009.

CASSIOLATO J. E.; SZAPIRO, M. **Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais no Brasil:**políticas para promoção de sistemas produtivos locais de MPME.set./2002. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20CassioMarina.PDF>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

CASSIOLATO, J.E. **A economia do conhecimento e as novas políticas industriais e tecnológicas.** *In:* LASTRES, H. M. M., AIBAGLI, S. (Org.). Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 1996.

CHAVES, A. R. T. *et al.* **Políticas de incentivo e a localização industrial no sudoeste Goiano.** 2009. 169 f. Pós-Graduação – Mestrado em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Alves Faria – ALFA – Goiânia (GO).

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1995.

_____. **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1998.

CROCCO, M. A. *et al.* **Metodologia de identificação de arranjos produtivos locais potenciais.** Belo Horizonte: Cedeplar, jul./2003. (Texto para Discussão, n. 212).

COSTA, F. L.; CUNHA, A. P. G. **Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos.** *In:* Congreso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y de La Administración Pública, 7. *Anales...* Lisboa, Portugal, 8-11 oct. 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044418.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

COUTINHO, L. **Novas políticas para promoção de arranjos produtivos locais e a atuação do BNDES.** *In:* CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; STALLIVIERI, F. Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento. São Paulo: E-Papers. vol. 2, 2009.

COUTINHO, L. G. *et al* (Coord.). **Estudoda competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio.** Campinas: UNICAMP, 2002.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany.** Prentice-Hall/Englewood Cliffs, 1966.

CUNHA NETO, O. **Rio Verde: Apontamentos para a sua história - documentário ilustrado.** 2ed. Goiânia: Gráfica e Ed. O Popular, 1988.

DAMASCENO, L.; FERREIRA, H. **Sistemas e arranjos locais: o caso do polo de informática de Ilhéus/BA.** 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v10n2/08.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Política industrial no Brasil: o que é a nova política industrial.** 2005. Disponível em:<<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatecPoliticaIndustrial.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

ESTADO DE GOIÁS. **Decreto nº 5.990, de 12 de agosto de 2004.** Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

EASTERBY-SMITH, M.; THORPE, R.; LOWE, A. **Pesquisa gerencial em administração:**um guia para monografias, dissertações, pesquisas internas e trabalhos em consultoria. São Paulo: Pioneira, 1999.

FARAH JUNIOR, M. F.. **Uma proposta de estruturação da capacidade competitiva das pequenas e médias empresas metal-mecânicas da região de Curitiba através da formação de um cluster.** 2002. 369 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FONSECA JR, W. C. **Análise de conteúdo. In:** DUARTE, J.; BARROS, A. (Org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2009.

GARCIA, R. **Vantagens competitivas de empresas em aglomerações industriais:** um estudo aplicado à indústria brasileira de calçados e sua inserção nas cadeias produtivas globais. 2001. Disponível em:<<http://www.libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000246430>>. Acesso em: 11 nov. 2013

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade.**São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.***In:*RAE - Revista de Administração de Empresas, v.35, n.2, mar./abr., 1995.

GORINI, P. A. F. **Panorama do setor moveleiro no Brasil, com ênfase na competitividade externa a partir do desenvolvimento da cadeia industrial de produtos sólidos de madeira.** Rio de Janeiro: BNDES, 1998.

GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS(GTP APL). **Manual de apoio aos arranjos produtivos locais.** Portaria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior nº187, 2006.

HADDAD, P. R. **Cultura local e associativismo.** Disponível em:<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2013.

_____. **Economia regional: teorias e métodos de análise.** Fortaleza: BNB-ETENE, 1989.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HELPMAN, E.; KRUGMAN, P. **Market structure and foreign trade: increasing returns, imperfect competition and the international economy.** 3 ed. Massachusetts Institute of Technology. 1990.

HERSCOVITZ, H. G. **Análise de conteúdo em jornalismo.** *In:* LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Cidades.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=521880>>. Acesso em: 05 maio 2014.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing.** 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1995.

KRUGMAN, P. **Development, geography and economic theory.** Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LASTRES, H. M. M.; ARROIO, A.; LEMOS, C. **Políticas de apoio a pequenas empresas: do leito de procusto à promoção de sistemas produtivos locais.** *In:* LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

LEMOS, C. **APL como Estratégia de Desenvolvimento e a Atuação do BNDES.** Secretariade Arranjos Produtivos e Inovativos e Desenvolvimento Local SAR/BNDES. 2009. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apoio_apl1.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito e a cidade.** São Paulo: Documentos, 1968.

LOPES, F. D; BALDI, M. **Laços sociais e formação de arranjos organizacionais cooperativos: proposição de um modelo de análise.** *In:* Revista de Administração Contemporânea, v. 9, n. 2, p. 81-101, abr-jun, 2005.

LUNAS, D. L.; ORTEGA, A. C. **A constituição do complexo agroindustrial da soja no sudoeste goiano.** *In:* O agronegócio nas terras de Goiás. PEREIRA, S. L.; XAVIER, C.L. (Orgs.). Uberlândia. EDUFU, 2003.

MACHADO, S. **Dinâmica dos arranjos produtivos locais:** um estudo de caso em Santa Gertrudes, a nova capital da cerâmica brasileira. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

MALHOTRA, N. K. *et al.* **Os arranjos produtivos.** São Paulo: Prentice Hall, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, R. M.; CAMPOS, V. C. **Guia prático para pesquisa científica.** Rondonópolis: Unir, 2003.

MARSHALL, A. **Princípios de economia.** São Paulo. Abril Cultural. Volume 1. 1982.

MDIC-MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Arranjos produtivos locais.** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

MYTELKA, L.; FARINELLI, F. **Local Clusters, Innovation Systems and Sustained Competitiveness.** United Nations University, Institute for New Technologies. Maastricht. The Netherlands. 2000.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: HUCITEC: EDU, 1989. – (Estudos rurais, 10)

NARETTO, N.; BOTELHO, M. R.; MENDONÇA, M. **A trajetória das políticas públicas para pequenas e médias empresas no Brasil:** do apoio individual ao apoio a empresas articuladas em arranjos produtivos locais. *In:* Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada, Planejamento e Políticas Públicas, nº 27. 2004.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica:** projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2004.
OLIVEIRA, F. **Aproximações ao enigma:** o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Instituto Polis, 2001.

O' SULLIVAN, Arthur. **Introdução à economia:** princípios e ferramentas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

PIETROBELLI, C. **A evolução de regimes tecnológicos dos distritos industriais:** Itália e Taiwan. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. **Industrial districts and inter-firm cooperation in Italy.** Geneva: International Institute for Labour Studies (ILO), 1990.

POLO TECNOLÓGICO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (POLO TEC TEX). **Apresentação do polo tecnológico da indústria têxtil e de confecção.** Disponível em: <http://www.polotectex.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=608&Itemid=51>. Acesso em: 27 out. 2013.

PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE. **A cidade de Imperatriz.** Disponível em: <<http://www.rioverdegoias.com.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

PRESSER, M. F. **Globalização e regionalização:** notas sobre o MERCOSUL. *In:* Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 23, n. 3, nov. 1995.

REDESIST- **Rede de pesquisa em Sistema e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais.** <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 04 ago. 2013.
RG-APL. Rede Goiana de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais. Panorama dos APLs de Goiás. Relatório Semestral da Rede Goiana de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais. Goiânia: SECTEC, 2007

RUIZ, J. A. **Metodologia científica:** guia para eficiência nos estudos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

RUIZ, R. M. **Economia regional urbana:** políticas regionais na nova geografia economia. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SANTOS, G. A. G. *et al.* **Arranjos produtivos locais e o desenvolvimento regional.** *In:* Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Seminário do BNDES sobre Arranjos Produtivos Locais. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/apl.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: USP, 2006.

_____. **Concorrência e cooperação em arranjos produtivos locais:** o caso do polo de informática de Ilhéus/BA. Salvador: UFBA, 2005, 159 f. Dissertação de Mestrado –Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, Bahia, 2005.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO (SEGPLAN).

Classificação dos APLs. Disponível em:

<http://www.seplan.gov.br/sepin/goias.asp?id_cad=6000>. Acesso em: 10 fev. 2014.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

(SEBRAE). **APLs**. 2014. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/go?codUf=10>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. **Simples Nacional**. 2014. Disponível em:

<<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>>. Acesso em: 25 maio 2014.

_____. **Termo de referência para atuação do sistema SEBRAE em**

arranjos produtivos locais. Brasília: SEBRAE, 2003. mimeo. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL DE GOIÁS (SENAI-GO).

Programa de desenvolvimento do arranjo produtivo local: entorno do Distrito Federal. Goiânia, SENAI, sd. mimeo.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SCHMITZ, H. **On the clustering of small firms**. Institute of Development Studies (*IDS Bulletin*), Brighton. v. 23, n. 3, 1992.

SCHMITZ, H.; NADVI, K. **Clustering and industrialization**: introduction. *World Development*. v. 27, n. 9, 1999.

_____. **Eficiência coletiva**: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. *In*: Ensaio FEE. Traduzido por Rogério Passos Severo. vol. 18. Porto Alegre. 1997.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

STORPER, M. **The regional world:** territorial development in a global economy. London/New York: The Guilford Press, 1997.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

VARGAS, M. A. **Aspectos conceituais e metodológicos na análise de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais.** *In:* Programa de Pesquisa Micro e Pequenas Empresas em Arranjos Produtivos Locais no Brasil. Rio de Janeiro: IE/URFJ, 2002.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. **Desenvolvimento econômico regional:** uma revisão histórica e teórica. *In:* Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 8, n 2 (8), 2012.

ANEXO 1 - PROTOCOLO APROVADO PELO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ASSOCIATIVISMO NA FORMAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: Polo Moveleiro de Rio Verde-Goiás

Pesquisador: Valeria Faria Oliveira

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 27372214.1.0000.5501

Instituição Proponente: SOCIEDADE BENEFICIENTE SÃO CAMILO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 613.690

Data da Relatoria: 11/04/2014

Apresentação do Projeto:

Adequado conforme parecer anterior.

Objetivo da Pesquisa:

Adequado conforme parecer anterior.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Atende as recomendações da Resolução 466/12 e as normas operacionais 01/13.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tema relevante para a área de estudo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Atende as recomendações da Resolução 466/12 e as normas operacionais 01/13, conforme documentação disponibilizada no sistema da Plataforma Brasil.

Recomendações:

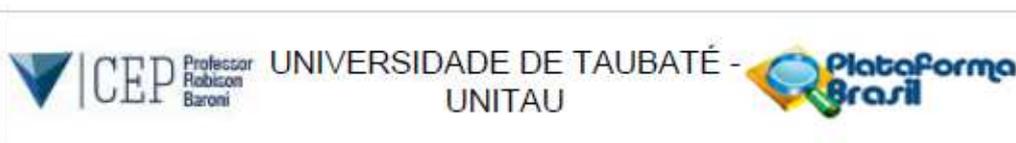
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Solicitação atendida do parecer anterior.

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
 Bairro: Centro CEP: 12.020-040
 UF: SP Município: TAUBATE
 Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cepunitau@unitau.br



Continuação do Parecer: 613.690

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião de 11/04/2014, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 466/12, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

TAUBATE, 11 de Abril de 2014

Assinador por:
Maria Dolores Alves Cocco
(Coordenador)

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro CEP: 12.020-040
UF: SP Município: TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cepunitau@unitau.br

APÊNDICE A - ENTREVISTA APLICADA AOS ASSOCIADOS DA AFAMORV

Empresa: _____

I - Caracterização do empreendimento:

- 1- A Empresa possui algum tipo de registro oficial? Está legalizada?
 Sim Não

Explique sua opção: _____

2 – Se sim, como ela foi registrada como:

- A. microempresa;
 B. empresa de pequeno porte; ou
 C. empresa.

Explique sua opção: _____

3 – O tipo de tributação da empresa é:

- A. Simples Nacional;
 B. Lucro Presumido; ou
 C. Lucro Real.

Explique sua opção: _____

4 – Há quanto tempo a empresa atua no mercado?

- A. De 0 a 5 anos.
 B. De 6 a 10 anos.
 C. Acima de 10 anos.

5- Evolução do Número de funcionários

Período de Tempo	Número de Funcionários
Ao final do primeiro ano de criação	
Atualmente	

6- Qual é o regime de trabalho dos funcionários?

- Contratados CLT.
 Prestadores de Serviço.

- Trabalhadores autônomos.
- Diaristas.
- Temporários.
- Outros. Tipo: _____

7- A Empresa já esteve envolvida em atividades cooperativas com outras empresas, como, por exemplo, a compra de matéria-prima em conjunto ou utilização de mesmos maquinários para produção.

- Sim Não

Justifique: _____

8- A tecnologia (instrumento de trabalho) que a Empresa utiliza é considerada atualizada.

- Sim Não

Justifique: _____

9- De onde é proveniente a matéria-prima? _____

10- Como a Empresa escolhe os seus fornecedores? _____

11- A Empresa pratica ou apoia algum tipo de atividade social?

- Não Sim, qual? _____

Explique sua opção: _____

12- A Empresa possui certificação ambiental?

- Não Sim, qual? _____

Explique sua opção: _____

13- Qual a destinação dos resíduos da produção? Existe algum tipo de tratamento?

14- Há um programa de capacitação dos funcionários?

- Não Sim, qual? _____

Justifique: _____

15- Com esse programa aumentou a produção?

() Não () Sim

Justifique: _____

16- Onde ocorre a comercialização dos produtos:

Comércio Local: _____%

Comércio Interestadual: _____%

Outros _____: _____%

17- Qual o faturamento nominal da empresa? _____

Evolução da Empresa – Faturamento Nominal					
	2009	2010	2011	2012	2013
% (Percentual)					

II – Política de Preços

18- Qual mecanismo na formação do preço?

() Percentual sobre os custos () Acompanha o preço do mercado
 () Sistema de formação de preço () Outra maneira

19- Há departamentos de compras e financeiro?

A empresa revisa regularmente seus preços para tomar decisão se deve aumentá-los ou mantê-los?

() Sim () Não

Justifique: _____

20- No aumento dos preços, o que é levado em conta?

() Preços dos concorrentes.
 () Inflação geral.
 () Custo da empresa.
 () Poder de compra dos consumidores.
 () Diferenciais de qualidade.
 () Outros _____

III – Perfil dos Clientes

21- Quais os meios de pagamento oferecidos aos clientes?

- Cheque pré-datado.
- Cartão Débito.
- Cartão Crédito.
- Carnê (crediário próprio).
- Caderneta (fiado).
- Promissória
- A vista.
- Permuta.

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA AFAMORV

1. Qual foi a necessidade da implantação da AFAMORV?
2. Qual o ano da fundação?
3. Há quantos associados atualmente?
4. Tem sede própria?
5. Como é composta a diretoria e como são feitas as eleições?
6. Quais as ações da Instituição?
7. Quais as dificuldades encontradas pelo sindicato?
8. Qual principal motivo da desistência do associado?
9. Associação recebe incentivo? Qual?
10. Quais os parceiros da Associação?

11. APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) _____ está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **ASSOCIATIVISMO NA FORMAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: polo Moveleiro de Rio Verde (GO)** pretende-se apresentar e analisar os principais instrumentos do arranjo produtivo moveleiro e o empreendedorismo local, contemplando as interações entre as empresas e as instituições vinculadas ao polo moveleiro de Rio Verde (GO).

Na pesquisa serão adotados os seguintes procedimentos: entrevistas, que serão gravadas e arquivadas, possibilitando a análise dos resultados como um comparativo para os estudos bibliográficos, comprovando a eficácia do Arranjo Produtivo Local, bem como seu incentivo por meio de políticas públicas.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrão profissional de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome, ou o material que indique sua participação, não será liberado sem a sua anuência e não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de cinco anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor (a).

Nome do Pesquisador: Valéria Faria Oliveira

Telefone: (64) 9987-6815

E-mail: valeriabonacin@live.com

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **ASSOCIATIVISMO NA FORMAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: polo Moveleiro de Rio Verde (GO)**, e de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Taubaté, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do (a) Participante